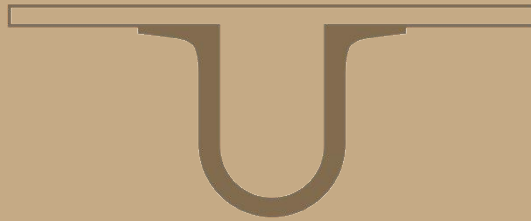




UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Ana Catarina Ribeiro Carvalheira

***NON-PERFORMING LOANS* EM PORTUGAL:**
DETERMINANTES E COMPORTAMENTO BANCÁRIO

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira orientado pelo Professor Doutor João Alberto de Sousa Andrade e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2019



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ana Catarina Ribeiro Carvalheira

Non-performing Loans em Portugal: **Determinantes e Comportamento Bancário**

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Entidade de Acolhimento: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra

Orientador académico: Prof. Doutor João Alberto de Sousa Andrade

Supervisor profissional: Dr.^a Catarina Alexandra Neves Proença

Fevereiro de 2019

Agradecimentos

A elaboração deste relatório marca o final de um ciclo da minha vida e, por isso, não posso deixar de agradecer àqueles que me acompanharam nesta etapa.

À minha família, em especial aos meus pais pelo apoio incondicional, pelas oportunidades que me deram e por acreditarem sempre em mim.

Ao meu namorado, por ter estado sempre ao meu lado nesta fase.

Aos meus amigos, que de várias formas me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu orientador, o Prof. Doutor João Sousa Andrade, pela disponibilidade, pelos conselhos e pela prontidão que sempre mostrou para me ajudar a reunir todos os elementos necessários à elaboração deste relatório.

A todos os funcionários da CCAM de Coimbra pela forma como me integraram e trataram, em particular, à Dr.^a Catarina Proença, por todos os conhecimentos que me transmitiu, pela disponibilidade e por toda ajuda que me deu ao longo do estágio.

Resumo

O presente relatório foi elaborado no âmbito do estágio realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra entre 10 de setembro de 2018 e 3 de janeiro de 2019.

Os *Non-performing Loans* despertaram, nos últimos anos, o interesse da literatura devido aos efeitos negativos que têm na atividade bancária e, conseqüentemente, na economia. Uma vez que Portugal é um dos países europeus mais afetados pelos NPL, o presente trabalho centrar-se-á no setor bancário português. Sobretudo em face da realidade dos NPL queremos perceber como as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo se comportam em termos de oferta de crédito, da sua qualidade, em confronto com outros bancos, durante os últimos anos. Neste contexto, o presente relatório visa analisar a heterogeneidade do sistema bancário português em relação à exposição ao risco e à prudência dos bancos em amostra, através da estimação de modelos de efeitos fixos, usando o crédito vencido como variável *proxy* dos NPL.

Constatamos que o crédito vencido no setor bancário português não aumentou significativamente, contudo a proporção de crédito vencido em relação ao crédito concedido aumentou de uma forma considerável. Alguns dos fatores que se revelaram significativos na evolução do crédito vencido na banca portuguesa foram: o crédito concedido, as licenças de habitação, as taxas de juro de curto prazo, o consumo privado e o consumo público.

As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo mostraram ser das instituições com mais crédito vencido em carteira relativamente ao crédito concedido. Os resultados são contraditórios no que toca à prudência que as CCAM tiveram no período em análise. Por um lado, temos modelos que indicam que as CCAM foram das instituições mais imprudentes. Por outro lado, chegamos a resultados que nos fazem crer que as Caixas de Crédito Agrícola foram adequadamente prudentes, tendo em conta o nível de crédito vencido que apresentavam.

Palavras-chave: *Non-performing Loans*; determinantes microeconómicas; determinantes macroeconómicas; setor bancário português; Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

Classificação JEL: G20; G21; C23

Abstract

This report was prepared as part of the traineeship held at Caixa de Crédito Agrícola Mútuo between 10th September, 2018 and 3rd January, 2019.

The past few years, non-performing loans aroused the interest of the literature due to the negative effects they have on banking activity and, consequently, on the economy. Since Portugal is one of the European countries most affected by the NPL, this work will focus on the Portuguese banking sector. Above all, in view of the reality of NPL, we want to understand how Caixas de Crédito Agrícola Mútuo behave in terms of the supply of credit, of their quality, in comparison with other banks during the last years. In this context, this report aims to analyze the heterogeneity of the Portuguese banking system in relation to the risk exposure and prudence of the banks in the sample, through the estimation of fixed effects models, using overdue credit as proxy variable of NPL.

We found that overdue credit in the Portuguese banking sector did not increase significantly, but the weight of loans overdue in total loans increased considerably. Some of the factors that were significant in the evolution of overdue credit in Portuguese banks were credit granted, housing permits, short-term interest rates, private consumption and public consumption.

Caixas de Crédito Agrícola Mútuo showed that they were one of the most overdue credit institutions in relation to the credit granted. The results are contradictory as regards the cautiousness of the CCAM in the period under review. On the one hand, we have models that indicate that CCAM were among the most imprudent institutions. On the other hand, we have results that lead us to believe that the Caixas de Crédito Agrícola were adequately prudent, considering the level of overdue loans.

Keywords: Non-performing loans; microeconomic determinants; macroeconomic determinants; Portuguese banking sector; Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

JEL Classification: G20; G21; C23

Índice

1. Introdução.....	1
2. O estágio.....	3
2.1 Apresentação da entidade de acolhimento.....	3
2.1.1 O grupo Crédito Agrícola (CA).....	3
2.1.2 Breve enquadramento histórico do grupo CA.....	3
2.1.3 A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, C.R.L.....	6
2.2 Descrição das tarefas desenvolvidas.....	8
2.2.1 Controlo de Caixas.....	9
2.2.2 Controlo das ATMs.....	10
2.2.3 Registo da correspondência.....	11
2.2.4 Classificação contabilística de faturas.....	12
2.2.5 Controlo de segundo nível dos créditos.....	12
2.2.6 Gestão do arquivo.....	13
2.2.7 Títulos de capital, descobertos autorizados e cartões de crédito.....	13
2.2.8 Controlo das Garantias bancárias.....	14
2.2.9 Controlo dos cheques à cobrança.....	15
2.2.10 Controlo das Contas Personalizadas.....	15
2.2.11 Justificação de Saldos: Balanço e Demonstração de Resultados.....	15
2.2.12 Controlo da Modelo 10.....	16
2.3 Balanço do Estágio.....	16
3. Revisão da Literatura.....	17
3.1 O conceito de <i>Non-performing Loans</i>	17
3.2 Determinantes dos <i>Non-performing Loans</i>	18
3.2.1 Variáveis microeconómicas.....	19
3.2.2 Variáveis macroeconómicas.....	22
4. Dados Estatísticos e sua caracterização.....	25
4.1 Evolução dos NPL em alguns países da União Europeia.....	26
4.2 Alguns indicadores estatísticos sobre e banca portuguesa entre 2010 e 2017.....	27
5. Metodologia e Resultados.....	29
6. Conclusões.....	39
Referências Bibliográficas.....	41
Anexos.....	44

Índice de Quadros

Quadro 2.1: Evolução do crédito na CCAM de Coimbra (2015-2017).....	7
Quadro 2.2: Evolução dos recursos captados a clientes pela CCAM de Coimbra (2015-2017).....	8

Índice de figuras

Figura 4.1: Evolução do rácio de NPL na UE.....	26
Figura 5.1: Interseção Relativa 1 (R^2 ajustado = 0,59).....	32
Figura 5.2: Interseção Relativa 2 (R^2 ajustado = 0,6).....	33
Figura 5.3: Interseção Relativa 3 (R^2 ajustado = 0,6).....	34
Figura 5.4: Interseção Relativa 4 (R^2 ajustado = 0,6).....	35
Figura 5.5: Interseção Simples 1 (R^2 ajustado = 0,55).....	36
Figura 5.6: Interseção Simples 2 (R^2 ajustado = 0,55).....	37
Figura 5.7: Interseção Simples 3 (R^2 ajustado = 0,56).....	38

Lista de Siglas e Acrónimos

AAS – Área de Atividades de Suporte

APB – Associação Portuguesa de Bancos

ATM – *Automated Teller Machines*

BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

BCP – Banco Comercial Português

BIG – Banco de Investimento Global

BII – Banco de Investimento Imobiliário

BPI – Banco Português de Investimento

C.R.L. – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

C.R.P. – Caderneta do Registo Predial

CA – Crédito Agrícola

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CAIS – Crédito Agrícola *Intranet Service*

CAMRH – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Recursos Humanos

CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal

EUA – Estados Unidos da América

FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FGCAM – Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

FGG – Ferramenta de Gestão de Garantias

FMI – Fundo Monetário Internacional

NPL – *Non-performing Loans*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

RJCAM – Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo

SIBAL – Sistema Integrado dos Balcões

SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

UE – União Europeia

1. Introdução

John Keynes e Joseph Schumpeter trouxeram para a economia a importância primordial do crédito no financiamento da economia ao valorizar o papel do empresário (Bertocco, 2006). Sobretudo nas últimas três décadas temos vindo a verificar que o crédito tem cada vez mais um papel importante para a economia, pois cada vez mais particulares, e empresas, recorrem ao crédito para financiar diversas operações para as quais não têm liquidez no momento (Demertzis e Lehmann, 2017) e cujos rendimentos se antecipam do futuro. Antes da crise financeira, que se instalou em 2008, viveu-se um período em que o acesso ao crédito era muito fácil, no entanto, com o decorrer da mesma, muitos particulares e empresas deixaram de ter meios para pagar as dívidas que haviam contraído. Neste sentido, muitos empréstimos entraram em incumprimento, o que se revelou um grande problema particularmente para os EUA, mas também um pouco por toda a União Europeia (UE), incluindo Portugal, que de acordo com Demertzis e Lehmann (2017) é um dos quatro países da UE com níveis excessivos de *Non-Performing Loans* (NPL)¹, principalmente abrangendo grandes empresas. E apesar de já terem passado cerca de 10 anos desde o início da crise, a existência de NPL é um obstáculo à recuperação do crédito bancário, ao investimento e à rentabilidade bancária. A criação e desenvolvimento de um mercado de NPL em Portugal tem sido pedido pelas organizações internacionais (como o FMI) e pelas autoridades europeias.

Dado que Portugal, segundo Demertzis e Lehmann (2017), é um dos países que tem um nível de NPL mais elevado na UE o objetivo de estudo será perceber que fatores estarão na origem dos NPL na banca portuguesa, bem como perceber de que modo a existência dos mesmos influencia a concessão de crédito e a qualidade do mesmo. Claro que o problema da identificação deve ser colocado porque esta influência sobre o crédito acabará por afetar a atividade económica.

Na análise dos NPL dois caminhos têm sido seguidos. O primeiro parte da perda de eficácia da avaliação bancária que por isso determina o agravamento dos NPL, como o fizeram Berger e DeYoung (1997), Podpiera e Weill (2008). O segundo vai no seguimento de Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006), Berge e Boye (2007), Nkusu (2011) e Farhan et al (2012) em procurar no ambiente macroeconómico as determinantes dos NPL. Outros autores

¹ Ver na página 17 a definição de *Non-performing Loans*

como, por exemplo, Salas e Saurinas (2002), Louzis et al (2011), Klein (2013) tentam encontrar explicações para a evolução dos NPL, conjugando os dois conjuntos de fatores.

A prossecução do objetivo deste relatório será levada a cabo através de uma análise a catorze bancos portugueses de modo a perceber quais as variáveis que determinam o crédito vencido (como variável *proxy* dos NPL). Apesar de termos dados dos NPL da *European Banking Authority* para vários países da UE optamos por não fazer nenhuma análise nesse sentido devido ao problema da homogeneidade dos mesmos: as sucessivas mudanças de critérios do seu registo invalidam uma comparação em termos de séries temporais. Pretendemos, assim, estimar modelos de efeitos fixos de modo a comparar o comportamento dos diferentes bancos. Como o trabalho é realizado no âmbito do estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, pretendemos também dar conta da posição da Caixa comparativamente a outras instituições bancárias.

O presente relatório está organizado da forma que se descreve seguidamente. Após a introdução, será apresentada a entidade de acolhimento, que inclui uma pequena descrição do Grupo Crédito Agrícola bem como da sua história e também a apresentação da CCAM Coimbra, e por último a descrição das tarefas realizadas no decorrer do estágio. Na secção 3 encontra-se a revisão da literatura acerca do conceito de NPL e as suas determinantes micro e macroeconómicas. Na secção 4 são descritos os dados usados no estudo. A secção 5 inclui a descrição da metodologia usada e dos resultados obtidos. Por fim, na secção 6 apresentamos as principais conclusões.

2. O estágio

2.1 Apresentação da entidade de acolhimento

2.1.1 O grupo Crédito Agrícola (CA)

O Grupo CA é um grupo financeiro que atua a nível nacional em Portugal. Este grupo integra várias entidades: a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas, várias empresas que prestam serviços auxiliares ao grupo, participadas pela Caixa Central e a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L. (FENACAM), instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados do Grupo (Crédito Agrícola, 2018).

Atualmente o Grupo CA possui 80 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) e 656 agências, sendo assim um dos principais grupos financeiros a atuar em Portugal, tendo já 106 anos de história. O grupo conta com cerca de 1 milhão de clientes e 350 mil associados, isto é, cooperadores da CCAM que podem ser pessoas singulares ou empresas desde que cumpram determinados requisitos. Estas pessoas ou empresas passam a ser detentoras de títulos de capital da CCAM, que lhes confere o direito de participar nas Assembleias Gerais, de eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais das CCAM, discutir o seu orçamento bem como as suas contas (Crédito Agrícola, 2018).

A principal atividade do grupo CA é a sustentação das CCAM, que atuam a nível local, sendo consideradas entidades dinamizadoras das economias locais/regionais, dado que estão próximas daquelas realidades (Crédito Agrícola, 2018).

2.1.2 Breve enquadramento histórico do grupo CA

A história do CA remonta a 1498, ano em foram criadas as Santas Casas de Misericórdia, as primeiras instituições a conceder empréstimos aos lavradores, visando o desenvolvimento da agricultura. Mais tarde, em 1576, no reinado de D. Sebastião, foram criados os Celeiros Comuns, estabelecimentos que concediam crédito de sementes aos agricultores que em determinados anos tinham produções escassas, mediante o pagamento de um juro, que era liquidado em géneros (Santos, 2012).

De acordo com Santos (2012), em 1866 e 1867, foram aprovados vários diplomas legais elaborados pelo então ministro, Andrade Corvo, que permitiam às “Santas Casas de Misericórdia, Hospitais, Irmandades e Confrarias formar bancos de Crédito Agrícola e

Industrial”. Estas leis deram origem à criação de algumas instituições de crédito agrícola, tendo algumas tido bastante sucesso como, por exemplo, a Companhia de Crédito e Progresso de Portugal (criada em 1870); a Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal (criada em 1873) e o Banco Agrícola e Industrial da Extremadura (criado em 1875). Já no século XIX, começou a desenvolver-se um sistema bancário, apesar da falta de bancos de investimento, que viria a ser afetado pelas crises que ocorreram ao longo do mesmo século.

Posteriormente, segundo Pina (2012) ocorreram várias tentativas para instituir as Caixas de Crédito Agrícola, motivadas por movimentos mutualistas que ocorriam em países como França (onde foram criados os Bancos Rurais), Alemanha (onde foram criadas Caixas) e Itália (onde foram criados Bancos Populares). Contudo, apenas no reinado de D. Carlos, aquando da criação dos sindicatos agrícolas é que surgiram as primeiras Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Esses sindicatos permitiam que os agricultores tivessem facilmente acesso a materiais e matérias-primas, ajudando-os também a escoar as suas produções quando essa tarefa se tornava mais árdua (Santos, 2012).

No século XX, depois da implantação da República, em 1911, pela iniciativa de Brito Camacho foi aprovado o Decreto-Lei de 1 de março, no qual ficou definido o quadro legal para as Caixas de Crédito Agrícola (Pina, 2012). Em 1919, foi definida por lei a atividade das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, denominado Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo – RJCAM (Batista, 2009). A partir daqui, houve um grande desenvolvimento das CCAM, contudo algumas mantiveram a sua atividade por um curto período de tempo, uma vez que entre o ano de 1929 (ano em que António de Oliveira Salazar foi nomeado Ministro das Finanças) e o 25 de abril de 1974 as CCAM foram tuteladas pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) o que para além de prejudicar o crescimento do número de CCAM levou mesmo ao encerramento de algumas agências (Santos, 2012).

Depois de abril de 1974 as Caixas de Crédito Agrícola, entidades sob a forma cooperativa passaram a reger-se pelo código cooperativo, evitando assim o período das nacionalizações que se viviam na banca portuguesa. Apesar de nesta época terem sido abertas novas caixas e ter sido criada a FENACAM, em 1978, com o objetivo e proporcionar um crescimento sustentado ao Crédito Agrícola, só em 1982 é que as CCAM deixaram de estar sob a tutela da CGD, o que permitiu a criação da Caixa Central, em 1984, e o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, em 1987 (Pina,2012).

A Caixa Central é uma instituição bancária cooperativa, cujo capital social é detido apenas pelas CCAM suas associadas. Foi criada para regular a atividade creditícia das CCAM suas associadas tendo-lhe sido atribuídas competências de supervisão, orientação e acompanhamento das suas atividades (Santos, 2012). Atualmente, tem a seu cargo a “coordenação e supervisão das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, o planeamento e gestão das ações de Marketing centralizado, a gestão da Tesouraria, a representação das Caixas nos sistemas de compensação nacionais, junto do Banco de Portugal e demais organismos estatais, e a representação internacional do Grupo” (Crédito Agrícola, 2018).

O CA foi o primeiro grupo financeiro a ter um Fundo de Garantia próprio, que visa garantir os depósitos de todos os seus clientes. Neste fundo participam todas as CCAM associadas e é gerido pela Caixa Central e pelo Banco de Portugal (Santos, 2012).

Em 1991 foi aprovado um novo RJCAM (Santos, 2012). No capítulo IV, desse mesmo diploma legal, ficou definida a solução organizativa para o Grupo CA, o SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo, conjunto formado pela Caixa Central e as caixas suas associadas, sendo optativo para as caixas associarem-se à Caixa Central (Crédito Agrícola, 2018). Segundo Pina (2012), a criação do SICAM foi um passo importante na evolução do Grupo, permitindo à instituição a criação de um esquema de responsabilização mútua e solidária entre a Caixa Central e as suas associadas; a gestão da tesouraria e condução dos negócios do grupo de forma mais eficiente.

Ainda na década de 90, a Caixa Central uniu esforços para tornar o Grupo CA mais diversificado, pois pretendia atuar noutras segmentos de mercado, aproximando-se assim da banca comercial, surgindo assim um novo Regime Jurídico. Deste modo, foram criadas várias empresas que ainda hoje são participadas pela mesma: a CA Seguros e a CA vida (empresas seguradoras do Grupo), a CA Gest (a sociedade gestora de fundos do Grupo) e a CA Consult (a sociedade de assessoria financeira do Grupo). Em 1998, nasceu a CA Serviços assumindo-se como a responsável pela prestação de serviços partilhados ao Grupo Crédito Agrícola (Santos, 2012). Posteriormente, também foram criadas o CA Informática (empresa do grupo especializada na otimização da utilização das infraestruturas do mesmo e no desenvolvimento dos sistemas de informação); a CA Imóveis (com o objetivo de atuar no mercado imobiliário); e a Agrocapital, que realiza investimentos em capital de risco (Crédito Agrícola, 2018).

Já neste século, foram tomadas outras iniciativas como o lançamento de cartões de débito e crédito; o desenvolvimento de uma plataforma eletrónica onde os clientes podem consultar diversas informações acerca das suas contas, o CA online; e a criação de ATM exclusivas para os seus clientes, os Balcões 24 (Santos, 2012). Neste momento, o Grupo CA tem mais de 800 ATM próprias.

2.1.3 A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, C.R.L

A CCAM de Coimbra foi constituída no dia 23 de fevereiro de 1950 sob a forma de Cooperativa de Responsabilidade Limitada (C.R.L). Iniciou a sua atividade em estreita ligação com a Cooperativa Agrícola de Coimbra, possibilitando o acesso ao crédito pelos agricultores que pertenciam à mesma.

Nos anos 80, a CCAM de Coimbra começou a expandir a sua atividade, começando por abrir vários balcões em pequenas localidades nos concelhos de Coimbra e Miranda do Corvo e instalou a sua sede no centro da cidade.

Neste momento, a sede encontra-se na Rua João Machado, número 78 e tem nove balcões associados localizados em:

- Coimbra (na sede);
- Taveiro;
- São Silvestre;
- Miranda do Corvo;
- Nogueiras (Coimbra);
- Adémia;
- Antanhol;
- Almalaguês;
- Souselas.

No plano financeiro, a CCAM de Coimbra encontra-se sob intervenção da Caixa Central desde o final de 2012, nos termos do artigo 77.º-A do RJCAM, o que implicou a suspensão do Concelho de Administração (com efeitos a partir de 10 de abril de 2013), devido a más práticas de gestão que levaram a prejuízos avultados, cerca de 9 milhões de euros, em consequência de algumas situações em que não foram respeitados critérios instituídos em operações de concessão de crédito, o que resultou num aumento significativo do crédito malparado (Relatório e Contas CCAM de Coimbra, 2014).

No último ano, a CCAM de Coimbra conseguiu cumprir os rácios de capital exigidos pelo Acordos de Basileia devido ao auxílio que tem tido do FGCAM, que lhe concedeu um empréstimo de 13 milhões de euros devido aos prejuízos que se verificaram.

Devido a esta intervenção a CCAM de Coimbra tem de solicitar autorizações à Caixa Central em diversas matérias, nomeadamente para admissão de pessoal e reestruturações de crédito vencido.

Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o Crédito Agrícola – Coimbra obteve um Resultado Líquido positivo, que é essencial para a anulação das perdas sofridas antes da intervenção da Caixa Central (Relatório e Contas CCAM de Coimbra, 2017).

Apesar do resultado positivo é de destacar que a Margem Financeira e o Produto Bancário da CCAM de Coimbra diminuíram significativamente em relação a 2016. Em 2017, o Crédito Concedido evoluiu para cerca de 99 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 3,95% face ao ano de 2016 (Relatório e Contas CCAM de Coimbra, 2017).

No entanto, o crédito vencido aumentou em 2017, apresentando um valor bastante elevado, 14.791.481 euros. Este crescimento resulta de “reclassificação de operações para crédito totalmente vencido, de reestruturações que não foi possível manter dentro dos serviços de dívida renegociados” e à fraca qualidade da carteira de crédito existente antes da intervenção da Caixa Central (Relatório e Contas CCAM de Coimbra, 2017). O quadro seguinte mostra a evolução do crédito na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra entre 2015 e 2017.

Quadro 2.1: Evolução do crédito na CCAM de Coimbra (2015-2017)

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	2017/2016 (%)
Crédito Total	90 160 279,00 €	95 254 509,00 €	99 021 097,00 €	3,95%
Crédito Vivo	70 377 185,00 €	82 835 677,00 €	84 229 616,00 €	1,68%
Provisões Crédito Cobrança Duvidosa	6 175 439,00 €	8 131 080,00 €	n.a.	n.a.
Crédito Vencido	20 233 094,00 €	12 418 832,00 €	14 791 481,00 €	19,11%
Provisões Crédito Vencido	19 247 999,00 €	11 601 873,00 €	n.a.	n.a.
Imparidades crédito a clientes	n.a.	n.a.	7 084 807,00 €	n.a.
Imparidades crédito e juros vencidos	n.a.	n.a.	11 598 831,00 €	n.a.
Crédito Vencido/ Crédito Total (%)	22,33%	13,04%	14,94%	1,90%
Crédito Total/ Depósitos Gerais (%)	85,93%	85,18%	82,66%	-2,52%

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório e Contas da CCAM de Coimbra, 2017

Por último, é de destacar que houve uma evolução bastante positiva do valor dos depósitos de clientes, que aumentaram 7,13% para quase 120 milhões de euros – 119.794.473 €,

estando em linha com os objetivos do SICAM (Relatório e Contas CCAM de Coimbra, 2017). O quadro seguinte mostra a evolução dos recursos captados a clientes pela CCAM de Coimbra.

Quadro 2.2: Evolução dos recursos captados a clientes pela CCAM de Coimbra (2015-2017)

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	2017/2016 (%)
Depósitos à Ordem	27 339 911,00 €	33 383 790,00 €	43 507 275,00 €	30,32%
Depósitos a prazo/ Poupança	78 110 597,00 €	78 440 324,00 €	76 287 198,00 €	-2,74%
Depósitos Totais	105 450 508,00 €	111 824 114,00 €	119 794 473,00 €	7,13%

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório e Contas da CCAM de Coimbra, 2017

As perdas registadas entre 2012 e 2014 foram parcialmente anuladas pelos resultados positivos entretanto obtidos.

2.2 Descrição das tarefas desenvolvidas

Durante o estágio desempenhei funções na Área de Atividades de Suporte (AAS), departamento que tem como missão assegurar de forma eficaz e eficiente as atividades que dizem respeito à atividade financeira da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra. Este departamento é assim responsável por diversas funções, nomeadamente: a contabilidade, a gestão do património, a gestão do arquivo, a gestão financeira, a gestão logística, gestão de recursos humanos e a gestão da tesouraria.

Enquanto estagiária, tinha como tarefas diárias o controlo de caixas, o controlo de ATMs e o registo da correspondência recebida.

Também desempenhei outras tarefas tais como: o controlo das garantias bancárias, o controlo da modelo 10, controlo de segundo nível dos processos de crédito, classificação contabilística de faturas, auxílio na gestão do arquivo, o registo da correspondência enviada pela Administração Provisória, bem como as respetivas respostas à mesma, a explicação do Balanço e da Demonstração de Resultados, o controlo dos cheques à cobrança e das contas personalizadas.

Por vezes, também auxiliei na preparação de informação que era pedida pelo FGCAM em relação à atividade da CCAM Coimbra e procedi à entrega e obtenção de documentos e informações na Conservatória do Registo Predial, na Direção de Finanças de Coimbra, nas Águas de Coimbra, na Câmara Municipal de Coimbra e no Instituto da Segurança Social.

2.2.1 Controlo de Caixas

Internamente, na CCAM de Coimbra, são denominados de “caixas” os funcionários que trabalham nos balcões, que, entre outras tarefas inerentes à sua função, recebem e entregam diversas quantias de dinheiro todos os dias. Assim, devido aos movimentos que efetuam têm de ser controlados diariamente, de modo a aferir se todos os movimentos foram registados na contabilidade.

Neste sentido, no final de cada dia era enviada para a área das atividades de suporte por cada balcão, através de correio eletrónico, o mapa de caixa de cada funcionário. Nessa mesma folha estão registadas informações gerais como o nome do funcionário, o número de empregado, o número do balcão. Para além disso, tem registadas as entradas e saídas de dinheiro internas, as entradas e saídas externas, os recebimentos e os pagamentos. No fim do dia, o dinheiro em caixa é movimentado para o cofre, pelo que, salvo raras exceções, o saldo final das folhas de caixa é zero.

No final de cada dia também eram enviadas as folhas de cofre que são preenchidas pelo tesoureiro de cada balcão. Nestas encontramos o saldo inicial que corresponde ao saldo final do dia anterior, as entradas e saídas e o saldo final. Também têm a quantidade e a importância de cada tipo de nota, ou seja, quantas notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 euros e valor correspondente, bem como a importância existente em moedas. Quando existe moeda estrangeira em cofre também consta na folha a sua importância.

Tendo em conta que a folha de cofre reflete o valor monetário que existe em cada balcão é a partir da mesma que se faz o controlo de caixas. Para fazer o controlo era necessário imprimir através do SIBAL² o mapa contabilístico FM216 – Saldos do Razão Geral, que contém os montantes existentes nas contas denominadas “Notas em cofre” e “Moeda metálica em cofre” correspondentes a cada balcão. Numa folha de cálculo era confirmado se o montante do saldo final da folha de cofre é igual à soma dos montantes das contas referidas. Quando os valores não correspondiam, reportava a diferença que era tratada pelos funcionários da área de atividades de suporte. Para além disso, cada balcão tem um seguro de tesouraria, ou seja, o saldo em cofre não pode ultrapassar o montante máximo assegurado. No entanto, em alguns dias verificava que o montante havia sido ultrapassado e nesse caso era necessário pedir um reforço do seguro.

² É o sistema integrado dos balcões, através do qual é possível aceder aos mapas contabilísticos e efetuar pagamentos.

Para facilitar o processamento salarial, também era registado diariamente quais os funcionários que tinham feito caixa o dia anterior e era controlada a existência de falhas e sobras, que quando existentes também era enviado o documento por correio eletrónico, no qual era discriminado o operador ao qual pertencia a falha/sobra, o montante da mesma, uma explicação para o sucedido quando era possível e a assinatura do operador e do responsável.

2.2.2 Controlo das ATMs

A CCAM de Coimbra, tal como todas as outras instituições bancárias, tem uma rede de ATMs (*Automated Teller Machines*), que permitem aos utilizadores realizar diversas operações como levantar dinheiro, efetuar pagamentos e consultar os saldos e os movimentos das respetivas contas. A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra tem atualmente 17 ATMs: três pertencentes ao balcão de Coimbra, um ao balcão de Taveiro, dois ao balcão de São Silvestre, cinco ao balcão de Miranda do Corvo, um ao balcão de Antanhol e um ao balcão de Souselas. Deste modo, diariamente eram controlados os saldos das ATMs associados a cada balcão para verificar quais os montantes de dinheiro em circulação em cada ATM e identificar possíveis anomalias.

Para controlar o saldo das ATMs eram necessários três passos: em primeiro lugar, registava os carregamentos e os fechos dos períodos contabilísticos de cada ATM, na respetiva folha de cálculo já preparada para o efeito; em segundo lugar, fazia a confirmação dos saldos das ATMs por balcão; por último, registava os levantamentos que eram feitos em cada ATM.

Os carregamentos e fechos contabilísticos eram realizados pelos funcionários da CCAM de Coimbra nas ATMs que se encontram juntos dos balcões e por funcionários da empresa de segurança Prossegur nas ATMs que se encontram afastados dos balcões por motivos de segurança, pois é necessário manusear elevadas quantias de dinheiro.

Deste modo, recorria ao *Profile IBS – Integrated Banking System*³ (“Central”) para consultar a conta 5480030000000000 – ATM – Caixa Automático, onde eram registadas os montantes debitados e creditados em cada ATM, sendo que os montantes debitados correspondiam aos montantes carregados em novos períodos, isto é, momento que ia desde o carregamento de uma ATM até ao seu fecho, ou num reforço de um período já aberto anteriormente e os montantes creditados correspondem às sobras, ou seja, os montante que

³ Base de dados contabilística do SICAM.

são retirados da ATM quando os operadores pretendiam carregar novos períodos. Seguidamente, registava na folha de cálculo de cada ATM os valores dos carregamentos, reforços ou sobras, bem como o número de notas que perfaziam esse mesmo valor. Tinha acesso ao número de notas através dos *tickets* que os funcionários dos balcões enviavam com as aberturas e fechos contabilísticos dos períodos das ATMs geridos pelos mesmos e através dos *tickets* que eram enviados pela Caixa Central, que refletiam os fechos e aberturas feitos pela *Prossegur*. Ao registar as sobras era possível verificar se existiam anomalias, pois quando estas são registadas, por norma o saldo do período torna-se nulo, contudo quando o saldo não é nulo após o registo da sobra significa que existiu uma anomalia que era reportada à empresa SIBS pelos meus superiores, que para além de identificarem a ATM, ao qual dizia respeito a anomalia, enviam os *tickets* de abertura e fecho do período em questão para comprovar a situação.

No passo seguinte, procedia à verificação dos períodos que estavam ainda em aberto em cada ATM e registava o respetivo saldo numa tabela também preparada para o efeito e depois comparava o saldo que obtinha no meu controlo com o saldo que constava no mapa FM 216, referente à conta 548003000000000 que era discriminada por balcão. Durante o período de estágio, os saldos que apurava no controlo coincidiram sempre com os saldos do balancete diário.

Para registar os levantamentos de cada ATM recorria ao mapa MB 214 – Fecho ATM (também obtido através do SIBAL), que tinha os montantes levantados em cada período, indicando a respetiva ATM, bem como o balcão a que pertence.

2.2.3 Registo da correspondência

Diariamente, após um dos funcionários da Área da Atividades de Suporte ir aos CTT reunir a correspondência dirigida à CCAM de Coimbra e verificar se havia correspondência da parte da Caixa Central, que era enviada por correio interno, efetuava o registo num ficheiro *Excel*, onde colocava a data, o tipo de correspondência (comunicação, fatura, recibo, pedido de cliente, etc.), o remetente e assunto da mesma, o valor no caso de se tratar de uma fatura e o departamento a que se destinava a correspondência. Na própria correspondência colocava um carimbo da CCAM de Coimbra, no qual escrevia o número interno da correspondência, a data em que era recebida e o departamento a que se destinava.

Durante o período de estágio verificaram a necessidade de também registrar a correspondência enviada pela Administração Provisória, bem como as respostas, quando se aplicava. Deste modo, foi criado um ficheiro *Excel*, no qual colocava a data de envio da carta, a referência interna da Administração Provisória, o assunto, o destinatário e se se tratava de uma autorização ou não solicitada à Caixa Central. Quando era recebida resposta a alguma das cartas enviadas registava-a no mesmo ficheiro, onde colocava a data em que foi recebida, o remetente, a referência da carta do remetente, e quando se tratava de uma resposta a autorização colocava no ficheiro se o pedido tinha sido autorizado ou não.

2.2.4 Classificação contabilística de faturas

A classificação contabilística de faturas consistia escrever nas faturas as contas que seriam debitadas e creditadas e os respetivos valores que seriam debitados e creditados nas mesmas. Para a maioria dos fornecedores da CCAM Coimbra existia um sistema de etiquetas, nas quais já estavam escritas as contas que tinham de ser movimentadas a débito ou a crédito de modo a proceder ao pagamento da fatura. Deste modo, na maioria das vezes esta tarefa consistia em colar as etiquetas nas respetivas faturas e preencher as mesmas com os valores a ser debitados ou creditados em cada conta contabilística. Posteriormente, as faturas eram lançadas no SIBAL pelos meus superiores.

2.2.5 Controlo de segundo nível dos créditos

Quando a CCAM de Coimbra decidia conceder crédito a determinado particular ou empresa era redigido um contrato com todas as informações relevantes sobre o mesmo que posteriormente era assinado por um funcionário da CCAM e pelo/a mutuário/a. Depois deste ser assinado era lançado no sistema central por um dos funcionários da AAS. No final desta tarefa, imprimiam o *print* do resumo do lançamento do crédito.

Para garantir que o contrato de crédito estava corretamente lançado no sistema era efetuado um controlo de segundo nível através do *print* do lançamento do crédito. Deste modo, era necessário verificar se a data de assinatura do contrato; a data de início do contrato; o prazo; o tipo de empréstimo (empréstimo com prestações constantes, empréstimo com período de carência, empréstimo pago numa única prestação, por exemplo); a taxa de juro aplicável ao crédito em questão; as comissões; as garantias (livrança, fiança, aval, hipoteca). Para além disso, também era controlado se o crédito era para fins agrícolas ou não, dado que o Crédito Agrícola tem limites de concessão de crédito impostos pelo Banco

de Portugal. No caso dos créditos a particulares era considerado empréstimo para fins agrícolas se os mutuários tivessem títulos de capital da CCAM de Coimbra. No caso dos créditos a empresas, estes só eram considerados com fins agrícolas caso o CAE da empresa em questão determinasse que a atividade da mesma estava relacionada com a agricultura.

Em relação às garantias, no caso das fianças e dos avais, tinha apenas de verificar se estavam previstos no contrato, no qual constavam os nomes dos fiadores ou dos avalistas. As livranças para além de estarem previstas no contrato de crédito também se encontravam fisicamente junto do contrato, assinadas pelos mutuários. Por outro lado, quando a garantia era uma hipoteca era necessário recorrer à Ferramenta de Gestão de Garantias (FGG) através do CAIS⁴ (Crédito Agrícola *Intranet Service*) e verificar os seguintes aspetos: o grau da hipoteca (que depende do número de vezes que o imóvel já foi hipotecado); o montante máximo assegurado pela hipoteca; o valor da avaliação do imóvel; a data de avaliação; a data da escritura; o número da Caderneta do Registo Predial (C.R.P.) e os métodos de avaliação que obrigatoriamente tinham de ser dois dentro de quatro opções (método do mercado; método do rendimento; método da construção; método do valor residual). Para perceber se as informações que constavam na FGG estavam corretas tinha de consultar a caderneta predial do imóvel ao qual respeitava a hipoteca e o relatório de avaliação do mesmo.

2.2.6 Gestão do arquivo

Uma das minhas tarefas era também auxiliar a gestão do arquivo, uma vez que quando me era solicitado ia buscar processos ao arquivo que eram necessários ao trabalho dos vários funcionários. Quando já não eram necessários ia arquivá-los novamente. Para além disso, após fazer o controlo de segundo nível dos créditos organizava-os e colocava-os numa pasta de processo de crédito e posteriormente arquivava os mesmos.

2.2.7 Títulos de capital, descobertos autorizados e cartões de crédito

Quando um particular ou empresa se queria tornar associado da CCAM Coimbra tinha de subscrever títulos de capital da mesma. Contudo, era necessário fazer uma proposta de admissão de associado que posteriormente era aceite ou não pela Administração da CCAM. Quando eram aceites o novo associado era lançado no sistema e depois era necessário enviar

⁴ É a página da internet do CA, à qual apenas têm acesso os colaboradores, onde é possível aceder a aplicações que permitem a gestão de garantias, a gestão dos imóveis, etc.

para o balcão, onde o novo associado era cliente, a folha de subscrição dos títulos de capital para ser assinada pelo mesmo. Deste modo, algumas vezes ao longo do estágio enviei por correio interno o comprovativo de subscrição de capital para os respetivos balcões, que depois enviam para a sede uma das vias do mesmo comprovativo para ser arquivada. Os títulos de capital eram arquivados por ordem alfabética, nos respetivos *dossiers*.

Os descobertos autorizados e os cartões de crédito também tinham de ser aprovados pela administração e posteriormente eram lançados no sistema. Depois também eram arquivados. O arquivo destes produtos bancários era feito conforme o balcão a que pertenciam por ordem alfabética.

2.2.8 Controlo das Garantias bancárias

As garantias bancárias são documentos que a CCAM emite a pedido dos seus clientes, que beneficiam outra entidade, no caso de incumprimento das responsabilidades do seu cliente perante a outra entidade. Deste modo, mensalmente era feito o controlo das garantias bancárias, de modo a aferir se o valor de alguma se tinha alterado, se havia garantias liquidadas de um mês para o outro e se existiam novas garantias. Para concretizar esta tarefa era necessário extrair do CAIS o mapa de certidão de crédito, no qual filtrava as contas extrapatrimoniais que correspondiam às garantias bancárias. Seguidamente comparava a lista de garantias do mês anterior com as que havia obtido através da certidão de crédito. A partir daí percebia quais as garantias que tinham sido liquidadas de um mês para o outro e sombreava a cor vermelha no ficheiro *Exel* de controlo das garantias e no “Central” verificava em que data havia ocorrido a sua liquidação para também colocar no ficheiro. A seguir, verificava se algumas das garantias já existentes tinha alterado o valor. Caso verificasse isso sombreava a linha da garantia a cor de laranja e colocava o novo valor da mesma no mês correspondente. Por último, verificava a existência de novas garantias. Caso existissem, preenchia uma nova linha do ficheiro com as informações da mesma que obtinha no “Central”. Os dados que tinha de preencher em relação às novas garantias eram: o valor, a data de vencimento, a data de início, o nome do cliente que pediu a garantia, o beneficiário da mesma, a taxa, se era renovável ou não, se era isenta de imposto de selo ou não, o número de dias de pré-aviso (prazo para denunciar a garantia bancária), o número de cliente e o balcão, no qual era cliente.

2.2.9 Controlo dos cheques à cobrança

Todos os meses os vários balcões da CCAM Coimbra recebiam dos seus clientes cheques à cobrança, cheque esses que só poderiam ser depositados numa data posterior à da sua entrega por parte do cliente. Assim, no momento da sua entrega podiam acontecer duas situações diferentes. O cliente podia querer que o cheque fosse guardado e depositado na sua conta na data que o mesmo indicava ou então podia pedir o adiantamento do valor do mesmo. O valor de todos os cheques à cobrança encontrava-se no mapa Laser 0325, existindo um para cada balcão que tinha cheques à cobrança. No “Central” verificava o saldo da conta 950080000000000 – Outros Valores Depositados – Residentes, na qual constava o valor total dos cheques à cobrança por cada balcão. Deste modo, copiava para o ficheiro de controlo de cheques à cobrança os saldos que constavam na referida conta. Depois verificava se o saldo que estava mapa Laser 0325, referente a cada balcão, coincidia com o saldo que constava na contabilidade.

2.2.10 Controlo das Contas Personalizadas

As contas personalizadas são utilizadas na gestão dos fornecedores e no apoio a reestruturações de crédito. O controlo das mesmas serve para perceber quem são os devedores e os credores da CCAM de Coimbra. Esta tarefa era feita mensalmente e para isso acedia ao SIBAL para imprimir o balancete das contas personalizadas, no qual constavam as várias contas devedoras e as várias contas credoras. Seguidamente, copiava o ficheiro de controlo do mês anterior e criava um novo ficheiro para o mês a que se referia o controlo. Seguidamente, com o balancete das contas personalizadas verificava os devedores e credores que se mantinham e os que surgiam de novo, acrescentando os que eram novos e apagando os que já não se encontravam no balancete. A par disto, também colocava os valores a débito ou a crédito que estavam no saldo do devedor ou do credor de acordo com o que constava no balancete.

2.2.11 Justificação de Saldos: Balanço e Demonstração de Resultados

Mensalmente, era necessário fazer a justificação de saldos em relação ao Balanço e à Demonstração de Resultados. No âmbito desta tarefa, forneciam-me um mapa com o saldo de todas as contas. A partir deste mapa, num ficheiro *Excel* já preparado para o efeito inseria uma nova coluna referente ao mês para o qual estava a realizar a tarefa e colocava o valor de cada uma das sub-rubricas do ativo, do passivo e do capital próprio em relação ao Balanço

e também das sub-rubricas que compunham a Demonstração de Resultados. Posteriormente, através do “Central” confirmava o valor de todas rubricas para garantir que tinha preenchido corretamente todas as sub-rubricas. A explicação do Balanço e da Demonstração de Resultados mensal permitia que caso existisse alguma dúvida num momento posterior em relação a qualquer rubrica fosse facilmente esclarecida através da consulta deste ficheiro.

2.2.12 Controlo da Modelo 10

A modelo 10 é uma declaração fiscal, na qual se inclui as retenções na fonte relativas a rendimentos de trabalhadores independentes residentes. Periodicamente, o ficheiro de controlo da modelo 10 tinha de ser atualizado. Para isso, em primeiro lugar recorria ao “Central” para consultar os movimentos da conta 5131100000000000 – Rendimentos de Trabalhadores Independentes – Residentes e preenchia o ficheiro de controlo com a data do movimento que constava na conta, o valor da retenção na fonte, o nome do prestador de serviços e o número da fatura. A seguir, consultava as faturas nas pastas físicas e colocava no mesmo ficheiro o valor base da fatura, o valor da retenção na fonte (de modo a confirmar que o que estava lançado na contabilidade era o correto), e a descrição do serviço prestado que por norma estava relacionado com processos executivos e com reconhecimento de assinaturas.

Como o período de estágio coincidiu com o final do ano, também foi necessário cruzar a informação que existia no Crédito Agrícola Mútuo Recursos Humanos (CAMRH), no ficheiro de controlo e no Portal das Finanças. Neste âmbito foi-me fornecida uma lista com as faturas que foram inseridas no CAMRH relativas a retenção na fonte do ano de 2018, uma vez que não tinha acesso ao mesmo por ser estagiária. Depois, através do Portal das Finanças, tive acesso às faturas que estavam emitidas, tendo como adquirente de serviços a CCAM de Coimbra e verifiquei se as mesmas estavam na lista do CAMRH e se estavam no ficheiro de controlo. As faturas que não se encontravam no ficheiro de controlo foram adicionadas ao mesmo por mim. Relativamente às faturas que não estavam no CAMRH informei os meus superiores para que fossem inseridas no mesmo.

2.3 Balanço do Estágio

Este estágio, enquanto primeira experiência profissional, revelou-se uma experiência verdadeiramente enriquecedora, pois, de uma forma geral, permitiu-me conhecer melhor os sistemas bancário e financeiro portugueses.

Para além disso, também consegui perceber como opera uma instituição financeira de retalho. Uma vez que o estágio decorreu na Área de Atividades de Suporte, fiquei a conhecer melhor o modo de atuação e procedimentos desde departamento, porém como muitos procedimentos de outros departamentos também passavam pela área de suporte fiquei com uma ideia geral de como está estruturada a CCAM de Coimbra. Considero também que estagiar na sede do CA de Coimbra foi uma mais valia para ter uma visão ampla da atividade desta instituição bancária.

Esta experiência profissional também me fez desenvolver várias competências a nível profissional, como o sentido de responsabilidade, a ética profissional e a capacidade de cumprir prazos e metas.

3. Revisão da Literatura

3.1 O conceito de *Non-performing Loans*

Os NPL têm sido um tema de grande interesse para a literatura nas últimas décadas devido aos efeitos nefastos que têm sobre a solvabilidade dos bancos e em última instância na economia. Devido à crescente preocupação que este tipo de empréstimos tem dado às instituições de crédito, estes sofreram alterações na sua definição principalmente após a crise financeira, que se iniciou em 2008. Antes da crise financeira os NPL eram definidos como os créditos que tinham prestações vencidas há pelo menos 90 dias. Durante a crise, devido ao crescimento dos incumprimentos e reestruturações de dívidas, a definição sofreu algumas alterações, harmonizando-se em setembro de 2014 devido ao esforço da Autoridade Bancária Europeia (Marçal, 2016).

Esta última definição foi reportada no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de novembro de 2016, segundo a qual os empréstimos têm de observar determinadas características para serem considerados *non-performing loans*. Neste sentido, considera-se que estamos perante *non-performing loans* quando se observa um dos seguintes critérios: ser um empréstimo com prestações vencidas há 90 dias ou mais; existência de uma reduzida probabilidade do devedor cumprir as suas obrigações sem acionar garantias; e se existirem ativos em imparidade (com exceção das imparidades por perdas incorridas, mas das quais a instituição ainda não teve conhecimento, por isso, não as reportou). Para além disso, quando um crédito de um determinado devedor é considerado não produtivo, se ele

tiver outros empréstimos na instituição de crédito também passam a ter a mesma classificação. Quando existe um acordo de reestruturação entre o mutuário e a instituição de crédito em relação a um NPL, este tem de cumprir um período de quarentena de um ano, ou seja, só depois de passar um ano desde o acordo de reestruturação é que o empréstimo pode deixar de ser classificado como NPL.

3.2 Determinantes dos *Non-performing Loans*

A importância das instituições de crédito no crescimento económico é reconhecida por vários autores. Por exemplo, de uma forma empírica, Beck e Levine (2004), através de uma amostra de 40 países com dados referentes ao período compreendido entre 1976 e 1998 analisam a relação entre os bancos, os mercados acionistas e o crescimento económico, concluindo que a atividade bancária influencia positivamente o crescimento económico. Este resultado coaduna-se com o facto de os bancos focarem a sua atividade na concessão de crédito e na receção de depósitos. Através da atividade creditícia, os bancos contribuem para o crescimento económico, já que permitem aos particulares e empresas a realização de investimentos, que resultam numa maior produtividade (Richard, 2011).

Mansilla-Fernández (2017) afirma que a existência de um elevado nível de NPL reduz a rentabilidade dos bancos e aumenta os custos de financiamento, o que, em última instância, reduz a oferta de crédito o que também traz consequências negativas para o crescimento económico. Demertzis e Lehman (2017) reconhecem que, desde 2009, os NPL são um dos principais entraves à recuperação do setor bancário e ao crescimento económico. Assumem também que os bancos que têm um *stock* de NPL elevado, por norma, contraem a oferta de crédito para a economia. Pessanha (2017) sublinha que o impacto que os NPL têm na rentabilidade e solvabilidade bancária pode contrair a oferta de crédito, embora refira que esta situação não se verifica no caso concreto de Portugal. Para além disso, o impacto negativo dos NPL no financiamento da economia constitui um entrave ao crescimento económico. Por último, Berger e DeYoung (1997) referem que as falências de muitos bancos se devem ao facto de terem muitos NPL em carteira. Assim, e tendo em conta as consequências adversas que os NPL têm não só para os bancos, mas também para a economia em geral torna-se necessário perceber que fatores estão na origem deste tipo de empréstimo, para que assim seja possível controlá-los.

Existem duas vertentes na literatura em relação às determinantes dos NPL: a primeira atenta nos fatores microeconómicos, ou seja, em fatores ligados à atividade bancária; e a

segunda em fatores macroeconómicos, que afetam a capacidade de os mutuários pagarem as suas dívidas (Klein, 2013). Contudo, não há verdadeira separação entre as duas vertentes, uma vez que muitas vezes os fatores microeconómicos são influenciados pelos indicadores macroeconómicos. Para além disso, muitos autores que se debruçam em perceber as determinantes dos NPL procuram explicar a evolução dos mesmos, utilizando ambos os fatores.

De seguida, serão apontados os fatores micro e macroeconómicos que explicam o nível de NPL existente em diferentes regiões do mundo.

3.2.1 Variáveis microeconómicas

Um dos primeiros estudos que surgiram acerca da influência das variáveis microeconómicas na evolução dos NPL foi o de Berger e DeYoung (1997). Os autores examinaram a relação existente entre a qualidade dos empréstimos, a eficiência dos custos e o capital dos bancos para uma amostra de bancos estadunidenses, que compreendia o período de 1985 a 1994, através da formulação de quatro hipóteses: “bad luck” (“má sorte”, em português); “bad management” (má gestão); “skimping” e “moral hazard” (risco moral).

Berger e DeYoung (1997) sugerem que a relação negativa existente entre os NPL e a eficiência em termos de custos pode dever-se a dois motivos diferentes. Por um lado, aludindo à hipótese “bad luck”, consideram que quando, por exemplo, a atividade económica desacelera, os níveis de NPL aumentam (Podpiera e Weill, 2008), o que por sua vez, faz com que os bancos tenham de reunir mais esforços para lidar com este tipo de empréstimos, elevando os custos necessários para a gestão dos NPL. Por outro lado, também aponta que a baixa eficiência em termos de custos significa que as práticas de gestão não são as mais adequadas para todo o negócio, incluindo para a carteira de empréstimos, que não controlam nem monitorizam suficientemente o que leva ao aumento dos montantes de NPL, apontando para a hipótese de “bad management”.

Berger e DeYoung (1997), mostram que os custos de monitorização dos empréstimos aumentam consideravelmente após os mesmos se tornarem vencidos, o que está em linha com a hipótese “bad luck”, porém, ao mesmo tempo, reconhecem que o impacto deste resultado é pouco significativo para o conjunto dos bancos considerado no seu estudo, mas pode ser significativo para alguns bancos em particular, por apresentarem elevados níveis de NPL ou por terem elevados custos para monitorizar e tratar dos mesmos. Por seu lado,

Podpiera e Weill (2008) que apresentam um estudo, no qual relacionam os NPL e a eficiência em termos de custos para o setor bancário da República Checa no período de 1994 a 2005 rejeitam esta mesma hipótese, pois não chegaram a resultados que mostrassem que a influência dos NPL sobre a eficiência em termos de custos fosse significativa. Williams (2004) fez um estudo sobre o comportamento da gestão, procurando estabelecer uma relação entre as provisões para perdas com empréstimos, a eficiência e capitalização dos bancos europeus entre 1990 e 1998 e também não encontrou evidências que suportem a hipótese mencionada.

A hipótese “bad management” é mais credível tendo em conta as evidências apresentadas na literatura. Para além de Berger e DeYoung (1997), Podpiera e Weill (2008) também conseguiram demonstrar empiricamente que uma baixa eficiência em termos de custos está relacionada com os aumentos de empréstimos não produtivos. Louzis et al (2011) analisaram as determinantes dos NPL para o setor bancário grego, examinando separadamente o crédito hipotecário, o crédito a empresas e o crédito ao consumo e concluíram que existe uma relação positiva entre o rácio de ineficiência e os NPL nas três categorias, isto é, quanto maior o rácio de ineficiência maior será o nível de NPL na carteira dos bancos, suportando assim a hipótese de “bad management”. Por sua vez, Klein (2013), ao longo de um estudo onde procura examinar as determinantes e o impacto económico dos NPL na Europa Central, Oriental, e do Sudeste, englobando 16 países e abrangendo os 10 maiores bancos de cada país em estudo para o período de 1998 a 2011 concluiu que uma maior rentabilidade dos capitais próprios contribui para a diminuição dos NPL, o que significa que, por norma, os bancos que têm melhores performances em termos de gestão são os que apresentam melhor qualidade nas carteiras de crédito, corroborando a hipótese de “bad management”. Por sua vez, Espinoza e Prasad (2010), num estudo sobre as determinantes dos NPL em relação ao Conselho de Cooperação do Golfo com uma amostra de 80 bancos, concluíram que uma gestão ineficiente está associada ao aumento de NPL.

Salas e Saurina (2002) analisaram a relação entre os créditos problemáticos e o ciclo económico em Espanha, tanto para os bancos comerciais como para os *saving banks* (as *Cajas*, no caso do sistema bancário espanhol) para o período compreendido entre 1985 e 1997. Assumem-se como uns dos primeiros autores a incluir variáveis microeconómicas num estudo deste género, considerando que não só os fatores agregados podem explicar os créditos problemáticos. Contrariamente ao que foi concluído pelos autores anteriormente referidos, Salas e Saurina (2002) não encontraram uma relação significativa entre a

eficiência em termos de custos e os créditos problemáticos, colocando de lado a hipótese de “bad magment”.

A hipótese de “skimping” assenta na ideia de que o montante de recursos utilizado para conceder e monitorizar crédito afetam a qualidade da carteira de crédito e a eficiência de custos (Berger e DeYoung, 1997). Os bancos enfrentam, assim, um “dilema” entre a eficiência de custos no curto prazo e empréstimos produtivos no longo prazo, ou seja, se os bancos alocarem menos recursos no presente para conceder e monitorizar o portefólio de crédito no futuro terão um maior número de NPL em carteira e vice-versa (Louzis et al, 2011). Berger e DeYoung (1997) verificaram que esta hipótese só era consistente para um determinado conjunto de bancos, para o qual encontraram evidências de que o período de tempo em que esses bancos aumentam a eficiência em termos de custos, isto é, reduzem custos no período em que se dá um aumento de NPL, o que no longo prazo leva a uma diminuição da qualidade do portefólio de crédito desses mesmos bancos. Contrariamente, Louzis et al (2011) não encontraram evidências em relação ao sistema bancário grego que suportassem a hipótese de “skimping”.

Segundo Berger e DeYoung (1997), a hipótese de “moral hazard” aplica-se aos bancos que têm pouco capital e que tomam decisões mais arriscadas para aumentar a sua carteira de crédito, pretendendo aumentar os seus lucros, contudo esta atitude poderá dar origem à existência de mais NPL na carteira desses bancos no futuro. Os autores suportam esta hipótese, evidenciando que os bancos com maior escassez de capital aumentam o risco da sua carteira de empréstimos, o que resulta num maior nível de NPL no futuro. Salas e Saurina (2002) também encontraram evidências que suportam a hipótese “moral hazard” para o sistema bancário espanhol, mostrando que existe um efeito negativo do rácio de solvabilidade nos NPL, ou seja, quanto maior o rácio de solvabilidade menor será o nível de NPL que os bancos terão em carteira. Klein (2013), testou a hipótese referida usando o rácio de autonomia financeira e concluiu que um maior rácio e autonomia financeira contribuía para a existência de menores níveis de NPL no balanço dos bancos. Pelo contrário, Louzis et al (2011) não encontraram evidências no seu estudo que provassem o mesmo para o sistema bancário grego.

Louzis et al (2011) apontam também outras hipóteses relacionadas com fatores microeconómicos das quais se podem destacar: “diversification” (diversificação); e “Too Big to Fail”.

De acordo com os mesmos autores, a hipótese “diversification” tem associada a ideia de que “o tamanho do banco e proporção do rendimento que não advêm de juros estão negativamente relacionados com os NPL”. Isto é, quanto maior for a proporção de rendimentos que um banco tem que não advêm de juros maior será a diversificação do seu negócio, uma vez está aqui implícito que uma grande parte do negócio não depende do crédito concedido. Salas e Saurina (2002) corroboram esta hipótese, dado que concluíram que a relação entre o tamanho dos bancos e os NPL é negativa. Por oposição, Louzis et al (2011) não verificaram a existência de uma relação significativa entre o tamanho dos bancos e os NPL.

A hipótese “Too Big to Fail” também é apontada por Mansilla-Fernández (2017). Tanto este autor como Louzis et al (2011), explicam que os bancos com uma grande dimensão têm a ideia de que, dada a importância que têm na economia, caso venham a ter problemas de escassez de capital terão ajuda externa como, por exemplo, injeções de capital. Deste modo, os bancos aumentam muito o seu rácio de alavancagem e começam a não cumprir todas as exigências dos critérios mais definidos para a concessão de crédito, o que consequentemente diminui a qualidade do seu portefólio de empréstimos. Neste sentido, Louzis et al (2011) concluíram que no sistema bancário grego, o rácio de alavancagem dos bancos com maior representatividade no sistema financeiro tem um efeito significativo nos NPL, ou seja, uma maior alavancagem faz com que os bancos aumentem o risco da sua carteira de crédito, o que por sua vez aumenta o nível de NPL.

3.2.2 Variáveis macroeconómicas

Há um vasto leque de autores que se baseia em fatores macroeconómicos para explicar a evolução dos NPL. Desse conjunto, podemos destacar Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006), Berge e Boye (2007), Nkusu (2011) e Farhan et al (2012) que procuraram apenas no ambiente macroeconómico as determinantes dos NPL. Também outros autores como alguns dos que foram referidos no ponto anterior utilizam, para além dos fatores microeconómicos fatores macroeconómicos nos seus estudos acerca das determinantes dos NPL.

O crescimento real do PIB é comum a muitos dos estudos, nos quais se procura perceber o que está na origem da evolução dos NPL, uma vez que este indicador é uma boa aproximação da atividade económica agregada. Este fator apresenta uma relação negativa com os NPL como é sustentado nos estudos de Louzis et al (2011); de Espinoza e Prasad (2010); de Salas e Saurina (2002); Klein (2013); de Farhan et al (2012), que elaborou um

estudo acerca das determinantes dos NPL no setor bancário Paquistanês, no qual inclui uma amostra de 201 bancos; de Nkusu (2011), que apresenta uma análise também sobre as determinantes dos NPL para uma amostra de 26 economias avançadas, ao longo do período de 1998 a 2009; e, por fim, no estudo de Beck et al (2015), que engloba uma amostra de 75 países, pretendendo descobrir as determinantes dos NPL. A explicação para esta relação entre o crescimento do PIB e os NPL reside no facto de que quando o PIB cresce, por norma, empresas e particulares auferem mais rendimentos, o que os torna capazes de fazerem face às suas dívidas sem grandes dificuldades. Pelo contrário, um decréscimo do PIB pode estar associado a um aumento do desemprego, o que diminui os rendimentos dos agentes económicos, o que, por sua vez, faz com que os mutuários percam parte da capacidade de pagamento das suas dívidas (Klein, 2013; Salas e Saurina, 2002).

Outro dos fatores utilizado para perceber a evolução dos NPL é a taxa de câmbio. Segundo Nkusu (2011) e Klein (2013) o impacto da taxa de câmbio nos NPL pode ter duas interpretações diferentes. Por um lado, uma subida da taxa de câmbio pode fortalecer a capacidade de pagamento dos devedores que contraíram empréstimos em moeda estrangeira. Por outro lado, o mesmo acontecimento pode ser prejudicial para as empresas exportadoras, pois a sua capacidade para fazer face às dívidas enfraquece devido à perda de lucros com as exportações. Klein (2013) e Farhan et al (2012) concluíram que existe uma relação positiva entre a taxa de câmbio e os NPL, isto é, uma apreciação da taxa de câmbio contribui para o aumento de NPL e vice-versa.

As taxas de juro são consideradas por uma parte significativa da literatura como uma das principais determinantes dos empréstimos não recuperáveis. Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006) analisaram as fragilidades das famílias através de uma amostra de vários países da zona euro, tendo como objetivo perceber que fatores estão na origem no grande aumento de incumprimentos por parte das famílias; Berge e Boye (2007), que analisaram as determinantes dos créditos problemáticos no setor bancário norueguês; Nkusu (2011); Louzis et al (2011); Farhan et al (2012); e Beck et al (2015) chegaram a resultados que mostram que existe uma relação positiva entre as taxas de juro e os NPL, uma vez que quando há um aumento das taxas de juro os mutuários tornam-se menos capazes de pagar as suas dívidas. Esta relação é visível principalmente nos empréstimos com taxas de juro variáveis, pois os bancos tendem a atualizar as taxas, passando as prestações que os mutuários têm de pagar a ser mais elevadas (Nkusu, 2011). Espinoza e Prasad (2010), apesar de reconhecerem que o aumento das taxas de juro aumenta o incumprimento dos mutuários,

não encontraram confirmação na sua amostra de que a relação entre as taxas de juro e os NPL fosse significativa.

Louzis et al (2011); Faharan et al (2012); Nkusu (2011); Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006); Berge e Boye (2007) e Klein (2013) revelam nos seus estudos que um aumento da taxa de desemprego contribui para um aumento dos níveis de NPL. Neste sentido, Farhan et al (2012) refere que um aumento da taxa de desemprego está associado a perdas de rendimentos tanto por parte das famílias como por parte das empresas, que diminuem as suas vendas devido à diminuição da capacidade de compra das famílias. A perda de rendimentos pode refletir-se em incumprimentos, pelo facto de os agentes económicos deixarem de ter liquidez suficiente para pagar as suas dívidas.

A taxa de inflação é apontada por Faharan et al (2012); Nkusu (2011); Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006); e Klein (2013) como uma possível determinante dos NPL. Todos estes autores encontraram confirmação empírica de que existe uma relação positiva entre a taxa de inflação e os NPL, pois uma maior taxa de inflação pode fazer com que o valor real dos empréstimos diminua, fazendo com que os mutuários tenham maior facilidade em pagar as prestações dos mesmos. Contudo, Nkusu (2011) e Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006) entendem que a inflação também pode ter uma influência negativa nos NPL. Neste caso, os mutuários, perante uma subida da taxa de inflação podem enfrentar dificuldades em pagar as suas dívidas, pois uma maior inflação pode reduzir o valor real dos salários.

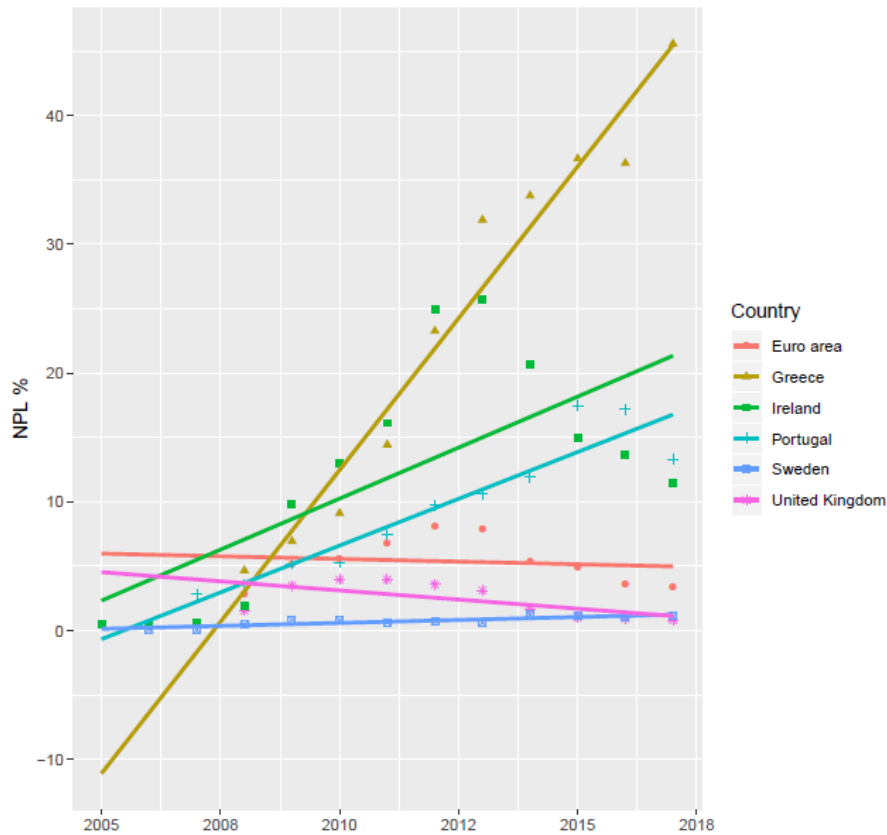
Nkusu (2011); Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006); Berge e Boye (2007) tentaram perceber nas suas análises se os preços da habitação podem contribuir para a explicação da evolução dos NPL. Nkusu (2011) conclui que os preços da habitação têm uma relação positiva com os NPL. Já Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006) e Berge e Boye (2007) chegaram a resultados que indicam precisamente o contrário. Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006) explicam que os seus resultados podem ser explicados pela ideia de que quando aumentam os preços das casas aumenta a riqueza das famílias, que pode ser usada como almofada no caso de situações inesperadas ou as habitações podem ser usadas como garantias, fazendo com que os agentes económicos tenham acesso ao crédito mais facilmente.

4. Dados Estatísticos e sua caracterização

Os dados estatísticos utilizados para estudar os *Non-performing Loans* em Portugal compreendem um conjunto de 14 bancos portugueses: o Banco do BIC, o Banco BPI, o Millenium BCP, o ActivoBank, o Banco de Investimento Imobiliário (BII), o Banco de Investimento Global (BIG), o Banco Invest, a Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo (CCCAM), a Caixa Económica Montepio Geral, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), o Banco Popular, o Santander Consumer e o Santander Totta. Para todos estes bancos foram recolhidos os seguintes dados: o crédito concedido a clientes, as provisões para perdas com crédito, o crédito vencido (como *proxy* dos *Non-performing Loans*), o capital e os ativos totais. Para além disso, foram também recolhidas variáveis macroeconómicas, em relação à economia portuguesa: o Produto Interno Bruto (PIB), as licenças para habitação em valores de média mensal, a taxa do mercado monetário a 3 meses no último mês de cada semestre, a taxa dos títulos da Dívida Pública a 10 anos no último mês de cada semestre, o consumo privado, o consumo público, a formação bruta de capital fixo, a exportação de bens e serviços. Os dados são semestrais e compreendidos entre o 1.º semestre de 2010 e o 2.º semestre de 2017. O conjunto de dados microeconómicos foi obtido através dos balanços semestrais disponibilizados na Associação Portuguesa de Bancos (APB) e os dados macroeconómicos foram obtidos das contas nacionais trimestrais publicadas pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de junho de 2018, à exceção das licenças de habitação que foram obtidas da base de dados da OCDE.

4.1 Evolução dos NPL em alguns países da União Europeia

Figura 4.1: Evolução do rácio de NPL na UE



Fonte: Elaboração própria através do programa R com base em dados retirados do *World Bank*

Apesar de termos dados do rácio de NPL, retirados da *European Banking Authority*, optamos por elaborar este gráfico com dados do *World Bank*, por ter dados para um período maior que permitirá perceber melhor a evolução dos NPL.

A figura anterior mostra que os valores do rácio de NPL, que resultam da divisão dos montantes de NPL pelo montante total de crédito concedido, são muito discrepantes, vistos de uma forma generalista. Portanto, no que toca a este assunto a realidade é muito heterogénea, uma vez que os valores oscilam desde aproximadamente 0% até cerca de 45%. Dos países aqui representados, Portugal está incluído naqueles que apresentam maior rácio de NPL, a seguir à Grécia e à Irlanda, contrastando com o que se passou na Suécia e no Reino Unido, que apresentam valores muito baixos.

É ainda, de destacar que Portugal atualmente ainda apresenta valores do rácio de NPL bastante superiores à média da UE, o que por si só põe em evidência de que os NPL ainda são um problema para a economia portuguesa, pois em 2018 ainda temos uma grande discrepância do rácio de NPL entre Portugal e a média do rácio para toda a UE.

4.2 Alguns indicadores estatísticos sobre a banca portuguesa entre 2010 e 2017

De seguida será descrita a evolução de vários indicadores que se relacionam com a atividade bancária. Para isso, temos nos anexos diagramas de expressão que nos elucidam acerca da evolução dos vários indicadores em relação a cada banco da nossa amostra e, por fim, calculámos dois rácios que nos indicam a exposição ao risco e a prudência dos bancos da nossa amostra, permitindo-nos também perceber evolução do comportamento dos mesmos ao longo do período em análise.

No anexo I encontra-se a evolução do crédito concedido para os diferentes bancos em análise. Neste aspeto, de uma forma geral notamos que entre 2010 e 2017 houve uma grande estabilidade no que diz respeito à concessão de crédito, dado que na maioria das instituições bancárias apenas se verificam ligeiros aumentos ou descidas, como é o caso das CCAM, que aumentaram de uma forma quase impercetível o crédito concedido no período em análise. Contudo, há que destacar o banco BIC e o BIG que aumentaram de uma forma notória o crédito concedido no mesmo horizonte temporal. Pelo contrário, o BBVA e o BII, destacam-se por serem os bancos que mais diminuíram o crédito concedido.

Em relação ao crédito vencido (no anexo II) é visível que há um ligeiro aumento do mesmo, na maioria dos bancos analisados, o que mostra que de uma forma geral a banca portuguesa seguiu critérios de prudência no que toca à concessão de crédito, pois apesar de no período amostral estarmos em plena crise não houve um aumento acentuado do crédito vencido. No caso concreto da CCCAM, observamos um ligeiro aumento do crédito vencido a meio do período amostral, contudo no final do mesmo já existe uma diminuição. A exceção é o banco BIC que tem um aumento muito acentuado do crédito vencido, que estará relacionado com o também acentuado aumento do crédito concedido.

É de ressaltar que apesar de na generalidade da amostra o crédito vencido não ter aumentado muito, Portugal foi um dos países que mais teve problema devido ao crédito vencido e mais especificamente devido aos NPL, como já foi referido anteriormente.

As provisões para perdas com crédito (anexo III) também aumentaram para a maioria dos indivíduos em estudo, principalmente no banco BIC, o que mais uma vez mostra o comportamento prudente dos bancos. O Santander Totta também se destaca por ter aumentado de forma visível as suas provisões. A CCCAM, pelo contrário, foi diminuindo

as suas provisões ao longo do período, bem como o BII que as diminui de uma forma mais acentuada.

O valor do capital dos bancos (anexo IV) não tem um padrão de evolução, porque está relacionado com o valor de mercado dos mesmos. O valor do capital das CCAM foi aumentando ligeiramente ao longo do período. Para além disso podemos destacar, pela positiva, o Banco BIC, a Caixa Económica Montepio Geral, o Santander Totta e o Santander Consumer. O BII viu o valor do seu capital reduzir-se de forma drástica e o ActivoBank, que apesar de não ter uma situação tão dramática como o anterior também se destaca pela diminuição do valor do seu capital.

Os ativos (anexo V) que compreendem os bens e direitos de cada banco, também têm comportamentos diferentes de banco para banco. Relativamente à CCCAM não houve mudanças significativas no valor desta rubrica ao longo do período em estudo. O ActivoBank, apesar de ter verificado uma queda no valor do seu capital, tem um aumento notável em relação ao valor total dos seus ativos, tal como o banco BIC, que se pode explicar pelo aumento do crédito concedido (que constitui um direito seu). Já o BII e o BBVA viram o valor dos seus ativos diminuir de uma forma mais acentuada do que os restantes. Excetuando o caso do ActivoBank, concluímos que os ativos totais refletem o que acontece ao valor do capital.

Nos anexos VI a X apresentamos a evolução do crédito concedido, do crédito vencido, das provisões, do valor do capital e dos ativos totais face ao PIB nominal. O facto de colocarmos estes indicadores em função do PIB, não altera as conclusões apontadas anteriormente.

No anexo XI temos a evolução do crédito vencido por unidade de crédito concedido. Este rácio é um indicador da qualidade do crédito em termos do risco de contrapartida. Quanto “maior for o seu valor menor a qualidade do crédito concedido”. Podemos separar esta análise em dois grupos. O primeiro grupo é formado por doze dos catorze bancos em amostra, onde está incluída a CCCAM. Este grupo é o que apresenta maior proporção de crédito vencido em relação ao crédito concedido, sendo visível que em quase todo o período há um aumento deste rácio, contudo no final do mesmo é comum a quase todos os bancos uma diminuição do mesmo, destacando-se mais uma vez o banco BIC pelo acentuado aumento do rácio ao longo do período em análise. O segundo grupo, construído pelo ActivoBank e pelo BIG, apresenta uma proporção de crédito vencido relativamente ao

crédito concedido muito menor, sendo ainda de realçar que o BIG apresenta uma elevada diminuição do rácio em análise.

Por último, importa analisar a evolução da proporção de provisões por unidade de crédito concedido (anexo XII). Este rácio é um indicador da precaução assumida pelos bancos na sua atividade creditícia. Quanto “maior for o seu valor maior a precaução assumida”. Em relação a este rácio, há que ressaltar que o ActivoBank e o BIG apresentam um rácio bastante inferior aos restantes bancos, principalmente este último. Os restantes apresentam rácios muito semelhantes entre si, tendo estes aumentando em grande parte do período e apresentam uma diminuição no final do período. O banco BIC é o que apresenta um maior aumento das provisões em relação ao crédito concedido. Isto mostra que na sua maioria os bancos adotaram um comportamento mais prudente em relação ao crédito concedido, reconhecendo mais provisões.

5. Metodologia e Resultados

Os dados microeconómicos semestrais foram obtidos diretamente da APB, contudo os dados macroeconómicos não foram encontrados em frequência semestral. Deste modo, e uma vez que os dados microeconómicos não estão disponíveis trimestralmente, recolhemos os dados macroeconómicos numa frequência trimestral e transformámo-los em semestrais, somando os valores do primeiro e segundo trimestre para obter o valor para o primeiro semestre e somando o valor do terceiro e quarto trimestre para obter o valor para o segundo semestre.

No que diz respeito aos dados microeconómicos, tínhamos uma lacuna em relação ao crédito vencido do BIG no primeiro semestre de 2010 e tínhamos lacunas em relação a todos os dados do Banco Popular no segundo semestre de 2017, pois este banco deixou de existir. Para não reduzirmos os bancos em amostra nem o período da mesma, estimamos os valores em falta, pressupondo, no caso do Banco Popular a sua continuidade. Assim, atribuímos o valor de zero aos dados em falta e estimamos um modelo autorregressivo de ordem 1 com cem iterações, pois repetindo o processo todas essas vezes, substituindo aquele valor pelo valor estimado, chegamos a um valor próximo que é próximo do efetivo para cada uma das ausências.

Depois destes ajustes, os dados foram importados para o programa econométrico GRETL e transformados em logaritmos, com exceção das taxas de juro. Seguidamente foi testada a estacionaridade das variáveis, através do teste Levin-Lin-Chu para as variáveis em painel e o teste aumentado de Dickey – Fuller (mínimos quadrados generalizados) para as variáveis macroeconómicas em nível, reduzindo a amostra ao primeiro indivíduo. Ambos têm a mesma hipótese nula: a existência de uma raiz unitária na série temporal (Levin et al, 2002; Elliot et al, 1996). Os resultados encontram-se no anexo XIII. De uma forma geral os modelos a seguir apresentados não podem ser considerados espúrios. De qualquer forma não dispomos de observações em número tal que nos permitam em alguns casos aplicar métodos não estacionários.

Os dados foram importados para o programa R, através de ficheiro “csv”, e neste foram estimados modelos de efeitos fixos, através do pacote estatístico PLM (Croissant e Millo, 2008) e os resultados estão sintetizados em várias figuras elaboradas através do pacote ggplot2 (Wickham, 2016). Pretendemos com estes modelos considerar que há homogeneidade de comportamentos relativamente a variáveis explicativas e que a heterogeneidade de comportamentos é retida nas diferentes interseções, variáveis mudas individuais. Sendo através destes valores que traduzem a heterogeneidade que vamos comparar os diferentes bancos. Tendo em conta notícias relativamente recentes: “Carlos Tavares vai rever em baixa resultados do Montepio” (Ferreira, 2018); “Auditoria à CGD: equipa de Santos Ferreira controla topo na banca. (...) Documento explosivo da EY pode indiciar falsificação de contas na Caixa.” (Ferreira, 2019), pressupomos que os balanços divulgados na APB refletem a realidade. Por outro lado, devemos referir que a presença da taxa de desemprego foi sempre excluída dos modelos, pelo que não lhe faremos qualquer referência.

Temos assim, quatro modelos para o crédito vencido respeitante a cada banco, onde a interseção (efeitos fixos individuais) é dividida pela média do crédito concedido por cada banco para o período em análise; e três modelos para as provisões relativamente ao crédito concedido, sendo que neste caso já não é necessário “relativizar” os efeitos fixos individuais porque a variável dependente já é um rácio. Como dissemos, as interseções permitem ter em conta a heterogeneidade dos indivíduos (bancos) em estudo. Apesar de o comportamento das variáveis em estudo num modelo com equações simultâneas ter em conta o problema da endogeneidade, optamos por estimar uma equação com a variável dependente crédito vencido e outra equação tendo como variável dependente a diferença entre as provisões e o

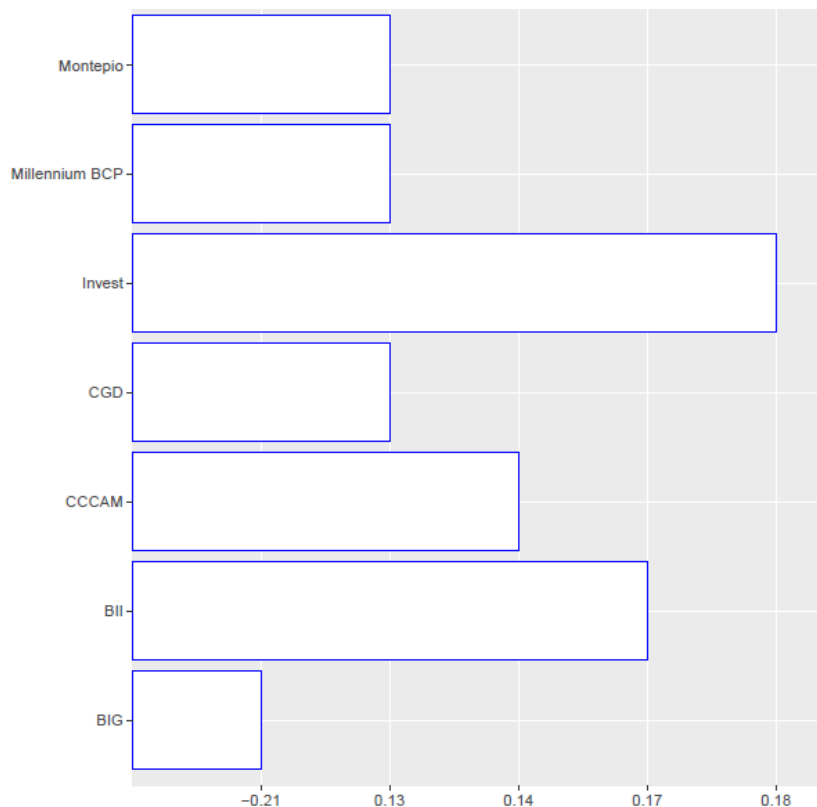
crédito vencido, permitindo, assim, perceber quais os bancos que se expõem mais ao risco e quais os bancos mais prudentes. Esta metodologia pode não ser a mais adequada, mas, estamos convencidos, é com certeza apropriada às questões levantadas. Os modelos que a seguir vamos referir resultaram de experimentação que nos levaram a excluir modelos sem exclusão da hipótese nula dos coeficientes de regressão e em que a escolha coube a valores mais elevados do R^2 ajustado.

O primeiro modelo (m.1) tem como variáveis explicativas o crédito concedido, as licenças de habitação em valores de média mensal para cada semestre e as taxas de juro do mercado monetário a três meses no último mês de cada semestre. As licenças de habitação são usadas como indicador avançado, na medida em que os bancos concedem muitas vezes crédito a empresas de construção e posteriormente a particulares para comprarem habitação, recuperando do crédito precedente. Por outro lado, o setor da construção é um setor dinamizador da economia portuguesa. A taxa de juro permite termos ideia de como se comportam os agentes económicos face a uma subida ou descida da mesma, ao nível da procura de crédito. No anexo XIV encontram-se os resultados da estimação deste modelo, em termos dos coeficientes homogéneos, o crédito concedido tem uma relação positiva com crédito vencido, sendo o valor da respetiva elasticidade 0,88. O que julgamos ser aceitável tendo em conta o valor dos outros coeficientes. A elasticidade das licenças de habitação (-0,56) deve ser entendida no sentido de elasticidade de um indicador avançado, o que se reflete aquele valor. Os bancos beneficiam fortemente do ciclo económico, porque o risco de contrapartida se reduz fortemente com expectativas otimistas. A taxa de juro também apresenta uma relação negativa com o crédito vencido, pois quando aquela aumenta um ponto, o logaritmo do crédito vencido diminui cerca de 0,16. O facto da taxa de juro apresentar uma relação negativa com o crédito vencido está relacionado com a existência de uma autosseleção dos indivíduos e empresas que procuram crédito por acreditarem que face a uma subida da taxa de juro não serão capazes de pagar os créditos se os contraírem. Deste modo, há uma diminuição da procura e conseqüentemente uma diminuição do crédito vencido.

A figura seguinte mostra, de acordo, com o modelo apresentado os bancos que mais e menos de expuseram ao risco. Nesta primeira interseção vemos que uma maior dimensão das barras nos indica que os bancos têm uma maior proporção de crédito vencido relativamente ao crédito concedido, ou seja, indica que os bancos se expuseram mais ao

risco. Nos restantes casos, que apresentaremos adiante, devido ao facto de apenas existirem valores negativos, quanto menor for a dimensão das barras maior será a exposição ao risco.

Figura 5.1: Interseção Relativa 1 (R^2 ajustado = 0,59)



Nota: Foram excluídos os bancos cuja hipótese nula da interseção não foi rejeitada.

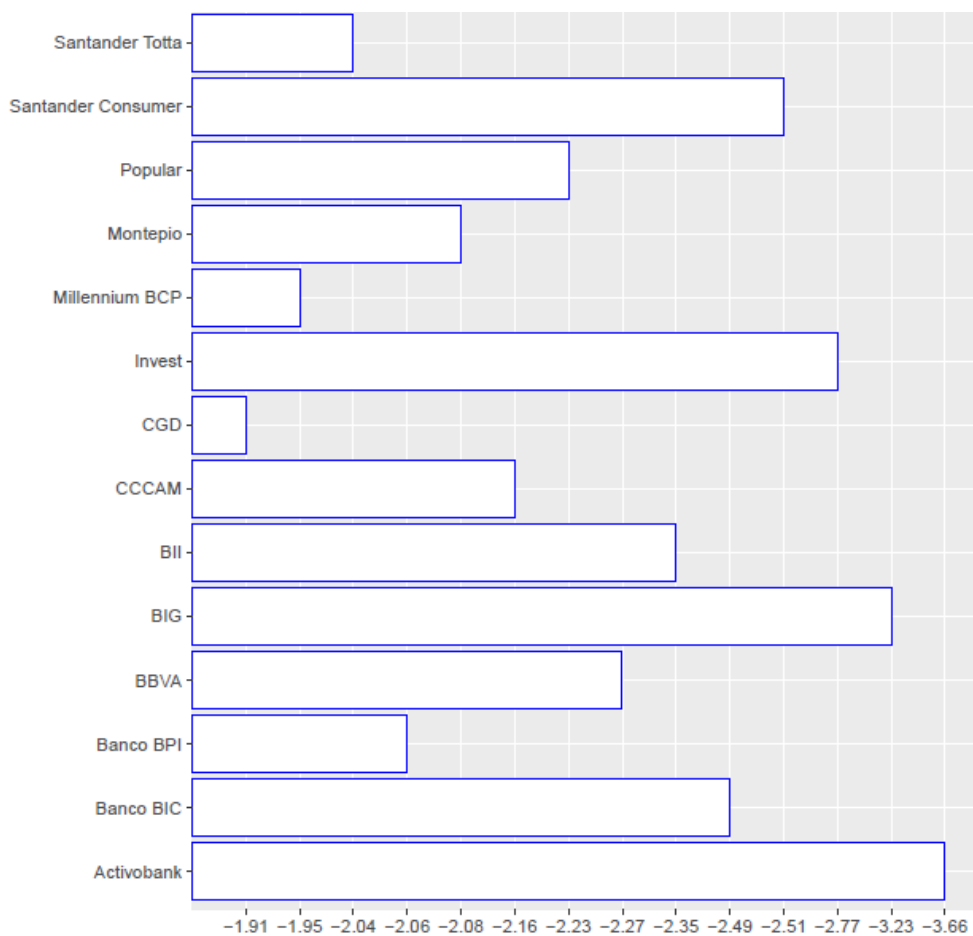
Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

É possível perceber que o banco que mais se expôs ao risco foi o banco Invest, dado que é o que apresenta maior proporção de crédito vencido face à média do crédito concedido. É de realçar que a CCCAM também é das instituições bancárias que mais se expôs ao risco, estando em terceiro lugar (a seguir ao banco Invest e ao BII). Já o BIG foi no período em análise o banco cuja concessão de crédito se revelou a mais prudente.

O segundo modelo (m.2) aqui apresentado tem como variáveis explicativas o crédito concedido, as licenças de habitação e o PIB nominal com ordem de desfasamento 2. O PIB, como aproximação da atividade económica agregada, vai permitir perceber qual a sua influência no crédito vencido dois períodos mais tarde. Os resultados da estimação deste modelo encontram-se no anexo XV e a conclusão relativamente à relação do crédito concedido com o crédito vencido é exatamente a mesma que se referiu no modelo anterior. As licenças de habitação continuam a apresentar uma relação negativa, mas mais importante, com o crédito vencido, dado que neste modelo é indicado que face a um aumento de 10% o

crédito vencido diminui cerca de 8,3%. O PIB apresenta um coeficiente anormalmente grande e deve ser entendido em conjunto com as licenças de habitação. Assim, pode considerar-se que um aumento do PIB, um ano antes, tem um efeito rendimento sobre o crédito, ou seja, quando o PIB aumenta as condições económicas dos particulares e empresas melhoram de tal forma que levam a uma maior procura de crédito, o que por sua vez arrasta ao não cumprimento daqueles para com os bancos.

Figura 5.2: Interseção Relativa 2 (R^2 ajustado = 0,6)

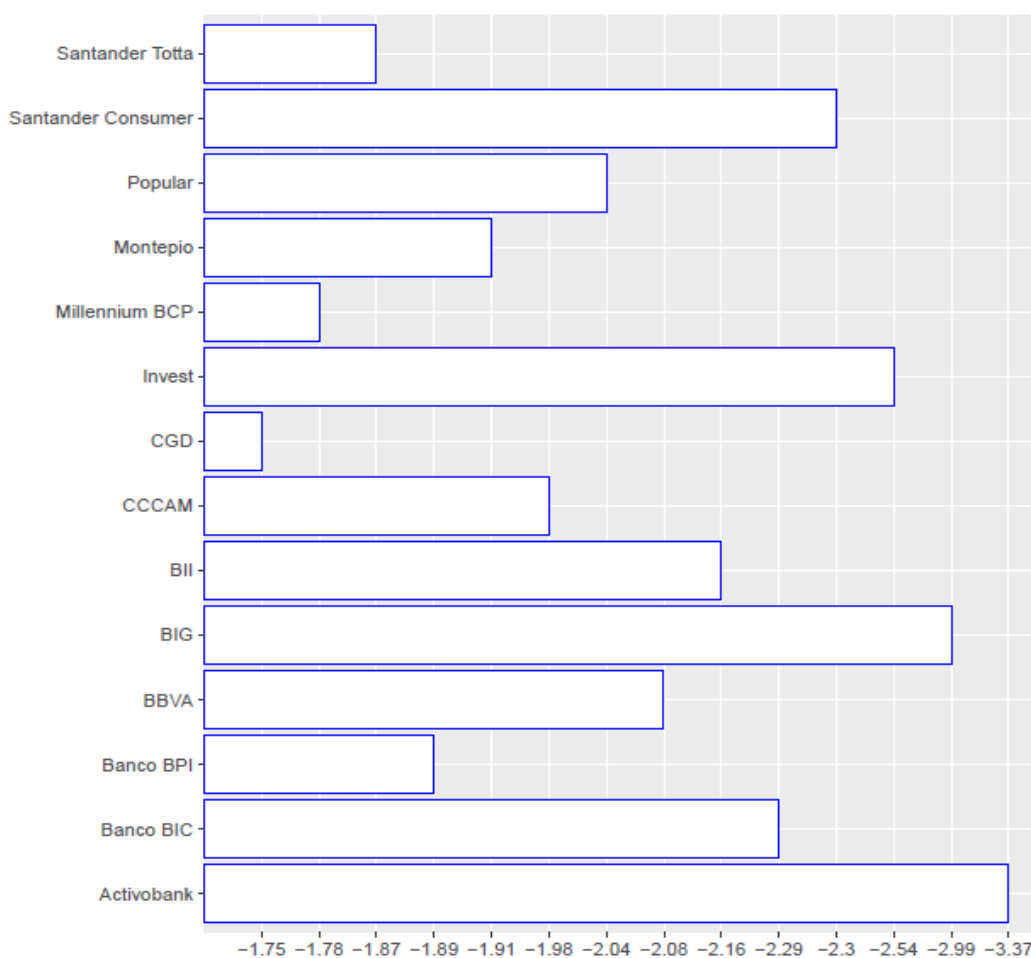


Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

Os resultados desta segunda interseção, à semelhança dos resultados do modelo anterior, mostram que o BIG é um dos indivíduos que menos se expôs ao risco, bem como o Santander Consumer, o banco Invest, o Banco BIC e o ActivoBank. A CCCAM, não é das instituições que mais se expuseram ao risco, contudo o valor apresentado em relação à mesma não é o mais desejável, neste contexto. A CGD destaca-se por ser o banco com maior exposição ao risco.

O terceiro modelo (m.3) tem como variáveis explicativas o crédito concedido, as licenças de habitação e o consumo privado com desfasamento de ordem 2. O consumo privado é um indicador, através do qual se consegue perceber de que modo o rendimento disponível das famílias evolui. Assim, é mais fácil concluir se as famílias têm ou não, de uma forma agregada, melhores ou piores condições para contrair dívidas. Os resultados provenientes da estimação do referido modelo (anexo XVI) não alteram o que já se referiu acerca do modelo anterior.

Figura 5.3: Interseção relativa 3 (R^2 ajustado = 0,6)



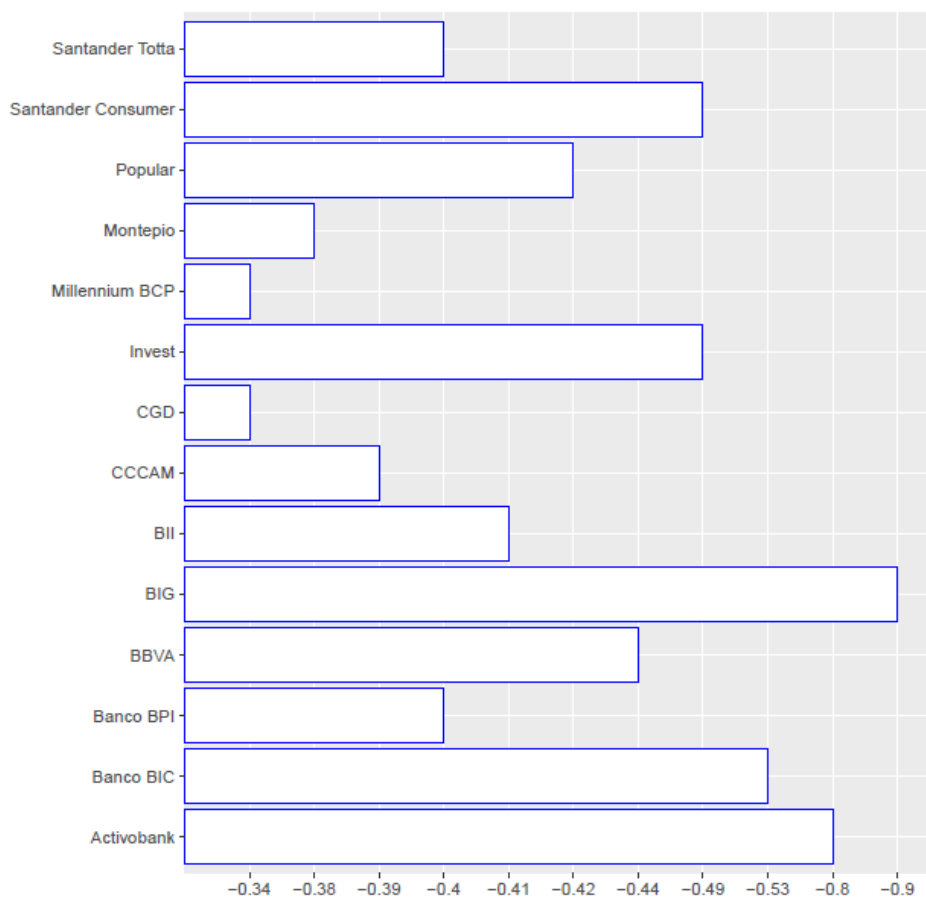
Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

Os resultados da interseção relativa originada pelo terceiro modelo são muito semelhantes aos do anterior. O ActivoBank foi o banco que menos se expôs ao risco e a CGD continua a ser a instituição com maior proporção de crédito vencido relativamente ao crédito concedido.

O último modelo (m.4) tem como variáveis independentes o crédito concedido, as licenças de habitação e a exportação de bens e serviços com desfasamento de ordem 2. Os resultados encontram-se no anexo XVII. Face aos anteriores resultados a diferença reside

agora na inclusão das exportações. Esta variável deve ser entendida como antecipando o clima económico externo mais favorável aos indivíduos, empresas e bancos. Vemos que perante um aumento da exportação de bens e serviços de 10%, o crédito vencido aumenta 8,2%.

Figura 5.4: Interseção Relativa 4 (R^2 ajustado = 0,6)



Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

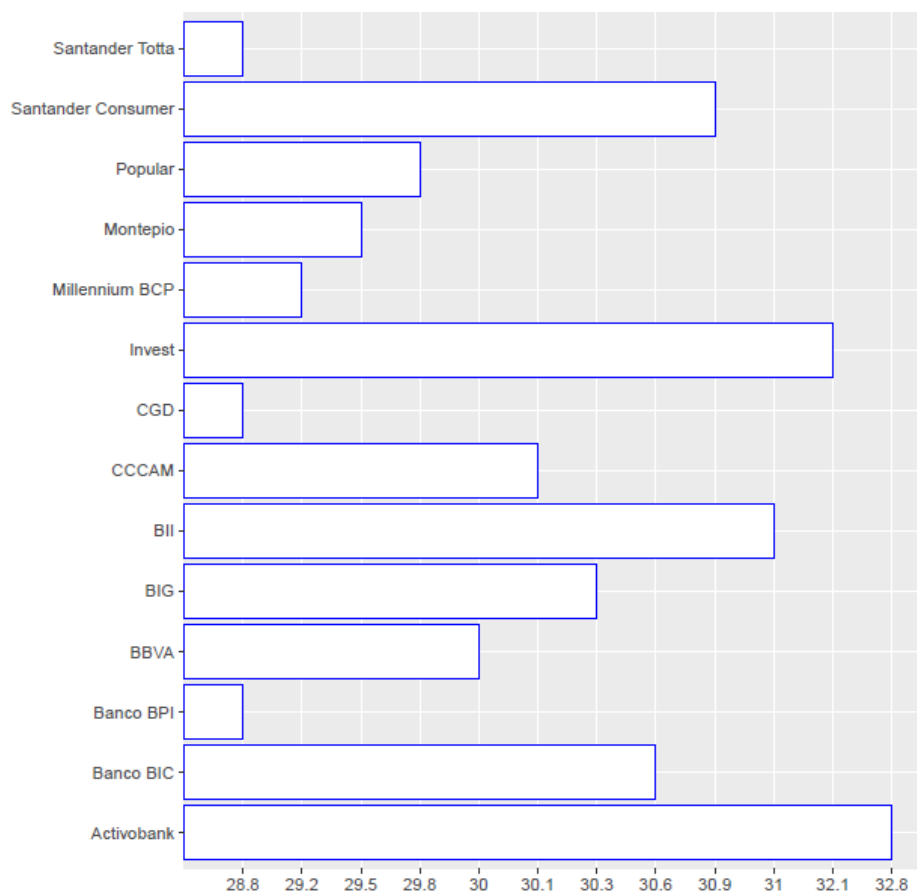
A interseção relativa calculada com base neste modelo mostra mais uma vez que o BIG é o banco que apresenta menor exposição ao risco e o Millennium BCP a par com a CGD são os bancos que mais se expuseram ao risco. A CCCAM, de acordo com estes resultados, aparenta estar mais exposta ao risco do que nos dois modelos anteriores.

Vamos agora passar ao estudo dos modelos onde a variável dependente é a diferença entre as provisões e o crédito concedido. Não esqueçamos que estas variáveis estão em logaritmos. Para estes modelos não faremos qualquer transformação nos valores do vetor das interseções, uma vez que este já é um valor relativo.

O primeiro modelo (m.1A) tem como variáveis explicativas o crédito vencido, a taxa de juro do mercado monetário a três meses e o PIB real. Os resultados (anexo XVIII) mostram

que os bancos reagem positivamente ao crédito vencido. Um aumento de 10% no crédito vencido leva a um aumento de 5,5% no rácio entre as provisões e o crédito concedido. Tal como se viu nos modelos anteriores, um aumento do crédito concedido conduz a um aumento do crédito vencido, por isso, quando há um aumento do crédito vencido é compreensível que haja um aumento deste rácio. A taxa de juro tem uma relação negativa com a variável dependente, pois quando aquela aumenta um ponto o logaritmo desta diminui 0,18. O PIB real apresenta um coeficiente negativo anormalmente grande, o que significa que a diferença entre as provisões e o crédito concedido diminui drasticamente em períodos de expansão o que pode ser considerado como traduzindo um comportamento conducente à instabilidade financeira.

Figura 5.5: Interseção Simples 1 (R^2 ajustado = 0,55)



Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

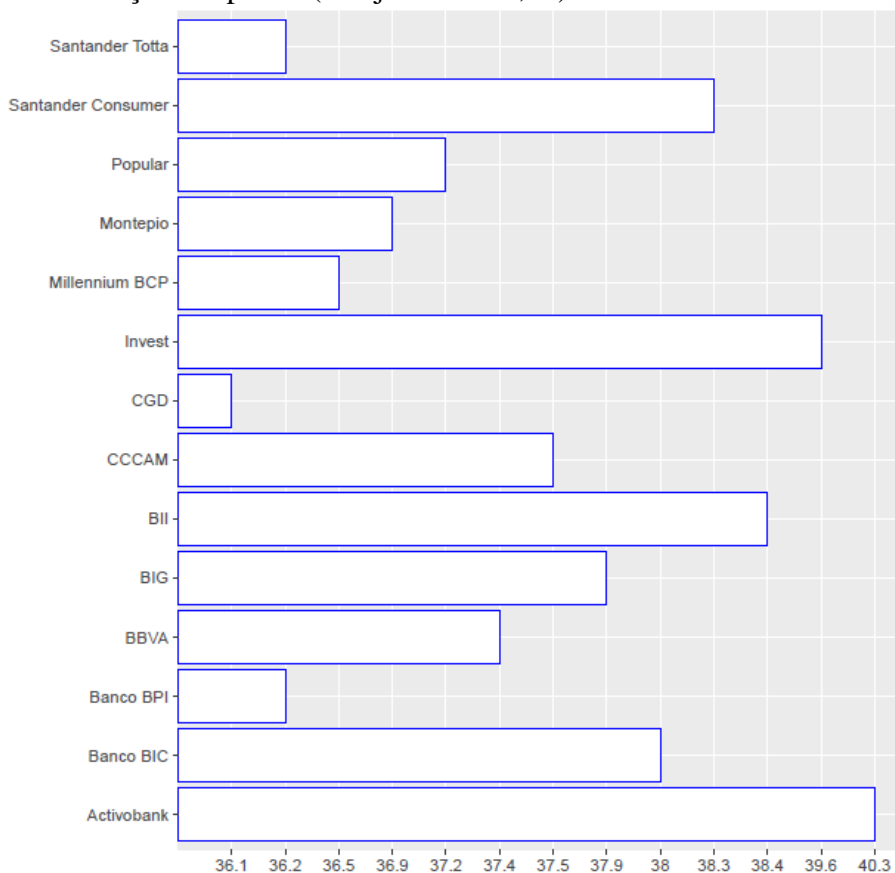
As interseções (simples) entre as provisões e o crédito concedido permitem-nos perceber quais os bancos que foram mais cautelosos em relação às possíveis perdas com créditos, portanto quanto maiores forem as barras que nos mostram os resultados maior será o rácio entre as provisões e o crédito concedido, isto é, maior será a cautela dos bancos. Nesta primeira interseção vemos que o ActivoBank, o BII, o Banco Invest, o Banco BIC e o

Santander Consumer parecem ser os mais cautelosos. Contudo, a análise das interseções simples deve ser acompanhada do que se concluiu acerca das interseções relativas. Tendo em conta que estes bancos nos resultados das interseções relativas mostraram ser dos bancos menos expostos ao risco, podemos concluir que, de facto, estas instituições bancárias foram bastante cautelosas. A CCCAM parece ter reconhecido um nível de provisões adequado tendo em conta a proporção de crédito vencido que apresentava nas interseções relativas.

Através do segundo modelo (m.2A) procuramos explicar aquele rácio através do crédito vencido, da diferença entre a taxa de juro dos títulos da dívida pública a 10 anos e a taxa de juro do mercado monetário a três meses e ainda do PIB real.

De acordo com os resultados obtidos (anexo XIX), o crédito vencido e o PIB real apresentam a mesma relação que no modelo anterior com a variável dependente. Quando a diferença entre as taxas de juro aumenta um ponto, o rácio das provisões relativamente ao crédito concedido reduz-se em 3%. Um aumento desta diferença deve ser entendido como um aumento esperado das taxas de juro de curto prazo.

Figura 5.6: Interseção simples 2 (R^2 ajustado = 0,55)

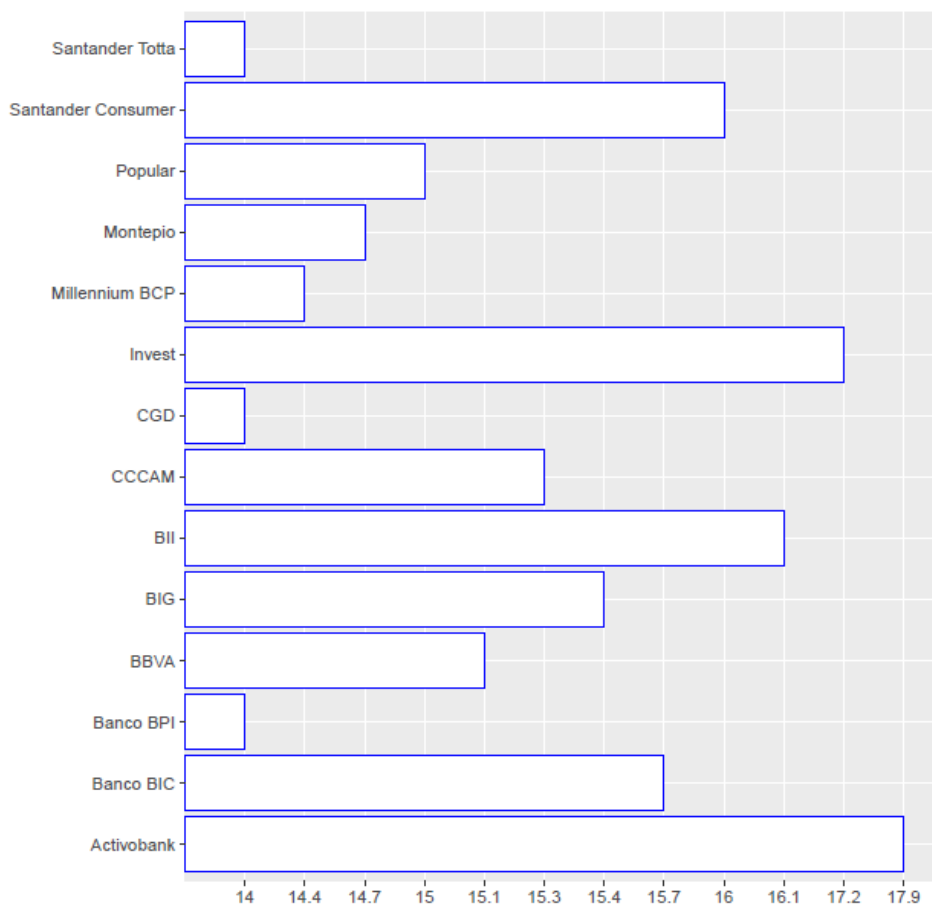


Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

Os valores nesta figura são muito semelhantes aos anteriores, à exceção do Santander Totta, do Banco BPI e do Millennium BCP que nesta interseção se mostram mais cautelosos. A CCCAM continua a mostrar-se adequadamente cautelosa, tendo em conta a análise feita nas interseções relativas.

Por último, estimámos um modelo (m.3A) com as variáveis independentes: crédito vencido e consumo público desfasado um semestre. Os resultados (anexo XX) continuam a mostrar que existe uma relação positiva entre o crédito vencido e a variável dependente. O consumo público apresenta um coeficiente negativo que traduz a importância desta variável na dinamização da própria atividade financeira. De notar, no entanto, que este coeficiente é anormalmente elevado.

Figura 5.7: Interseção simples 3 (R^2 ajustado = 0,56)



Fonte: elaboração própria, recorrendo ao R.

Nesta última interseção voltámos a obter resultados muito semelhantes, contudo o Santander Totta, o Millennium BCP e o Banco BPI mostraram-se menos cautelosos tal como na primeira interseção simples.

6. Conclusões

No presente trabalho procurámos apresentar a nossa experiência no estágio da CCAM de Coimbra e em seguida perceber como as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo se comportaram em termos de oferta de crédito, comparativamente a outros bancos do sistema bancário português, durante os últimos anos. Para o efeito estimamos modelos de efeitos fixos com dados semestrais que compreendem o período de 2010 a 2017. Assim, foi possível analisar a heterogeneidade do sistema bancário português em relação à exposição ao risco e à prudência dos bancos em amostra e, em termos homogéneos, perceber que variáveis são significativas na evolução do crédito vencido (*proxy* dos NPL).

Num primeiro momento, ao analisarmos dados anuais acerca do rácio de NPL concluímos que Portugal foi um dos países da UE mais afetados por esta realidade, apesar de ao observarmos a evolução do crédito vencido para os bancos da amostra não se notar um aumento significativo do mesmo. Contudo, é de destacar que analisando a proporção de crédito vencido relativamente ao crédito concedido esta aumentou bastante no período em análise. Ao contrário do que defende uma grande parte da literatura, os dados que usamos dizem-nos que no setor bancário português não se verificou uma contração da oferta de crédito, apesar do elevado nível de NPL que Portugal apresentava. Outro problema é a ausência de um mercado secundário para este tipo de créditos que continua a não existir em Portugal.

No que diz respeito às determinantes do crédito vencido, obtemos resultados contrários àqueles que numa parte significativa da literatura encontrou. Na literatura verificamos que aumento das taxas de juro levava a um aumento dos NPL. Neste trabalho, pelo contrário, a taxa de juro apresenta uma relação negativa com o crédito vencido, que estará relacionada com a existência de uma autosseleção dos indivíduos e empresas que procuram crédito por acreditarem que face a uma subida da taxa de juro não serão capazes de pagar os créditos se os contraírem. Por outro lado, o PIB, neste trabalho também mostra ter uma relação diferente do que estudámos na literatura. Enquanto que nesta era descrita existência de uma relação negativa entre o PIB e os NPL, neste relatório verificamos uma relação positiva entre as duas variáveis, dado que um aumento do PIB está na origem de um aumento da procura de crédito, o que num momento posterior leva ao incumprimento por parte de particulares e empresas perante os bancos. De notar que no nosso estudo usamos o PIB desfasado, portanto os resultados obtidos mostram-nos o que acontece um ano depois de um aumento do PIB.

Segundo a nossa análise, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo são das instituições com mais crédito vencido em carteira relativamente ao crédito concedido. Os resultados são contraditórios no que toca à prudência que as CCAM tiveram no período em análise. Por um lado, temos modelos que indicam que as CCAM foram das instituições mais imprudentes. Por outro lado, chegamos a resultados que nos fazem crer que as Caixas de Crédito Agrícola foram adequadamente prudentes, tendo em conta o nível de crédito vencido que apresentavam.

Para um trabalho futuro seria interessante comparar Portugal com outros países, relativamente às determinantes dos NPL, de modo a verificar se as determinantes são comuns a todos os países ou se Portugal se diferencia neste aspeto, tendo em conta alguns resultados contraditórios que obtemos neste trabalho. Naturalmente que o alargamento do período temporal só poderá beneficiar uma investigação deste género.

Referências Bibliográficas

- Banco de Portugal. (2016). *Relatório de Estabilidade Financeira Novembro 2016*. Lisboa.
- Batista, A. C. G. (2009). *Fusões no Crédito Agrícola: o caso da Caixa Agrícola do Litoral Alentejano* (Tese de mestrado não publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Beck, R., Jakubik, P., & Piloju, A. (2015). Key determinants of non-performing loans: new evidence from a global sample. *Open Economies Review*, 26(3), 525-550.
- Beck, T., & Levine, R. (2004). Stock markets, banks, and growth: Panel evidence. *Journal of Banking & Finance*, 28(3), 423-442.
- Berge, T.O., & Boye, K.G. (2007). An analysis of bank's problem loans. *Norges Bank Economic Bulletin*, 78, 65-76.
- Berger, A. N., & DeYoung, R. (1997). Problem loans and cost efficiency in commercial banks. *Journal of Banking & Finance*, 21(6), 849-870.
- Bertocco, G. (2006). The characteristics of a monetary economy: a Keynes-Schumpeter approach. *Cambridge journal of economics*, 31(1), 101-122.
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra (2015). *Relatório e Contas 2014*. Coimbra
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra (2018). *Relatório e Contas 2017*. Coimbra.
- Croissant, Y., & Millo, G. (2008). Panel Data Econometrics in {R}: The {plm} Package. *Journal of Statical Software*, 27(2), 1-43. <http://doi.org/10.18637/jss.v027.i02>
- Elliot, G., Rothenberg, T. J., & Stock, J.H. (1996). Efficient Tests for an Autoregressive Unit Root. *Econometrica*, 64(4), 813-836.
- Espinoza, R. A., & Prasad, A. (2010). *Nonperforming loans in the GCC banking system and their macroeconomic effects* (Working Paper No. 10-224). Retirado do Fundo Monetário Internacional.
- Farhan, M., Sattar, A., Chaudhry, A. H., & Khalil, F. (2012). Economic determinants of non-performing loans: perception of Pakistani bankers. *European journal of business and management*, 4(19), 87-99.
- Ferreira, C. (2018, abril 14). Carlos Tavares vai rever em baixa resultados do Montepio. *Público*. Retirado de: <https://www.publico.pt/2018/04/26/economia/noticia/carlos-tavares-vai-rever-em-baixa-resultados-do-montepio-1811610>
- Ferreira, C. (2019, janeiro 24). Auditoria à CGD: equipa de Santos Ferreira controla topo na banca. *Público*. Retirado de: <https://www.publico.pt/2019/01/24/economia/noticia/auditoria-cgd-equipa-santos-ferreira-controla-topo-banca-1859133>

- Klein, N. (2013). *Non-performing loans in CESEE: Determinants and impact on macroeconomic performance* (Working Paper No. 13-72). Retirado do Fundo Monetário Internacional.
- Demertzis, M., & Lehmann, A. (2017). *Tackling Europe's crisis legacy: a comprehensive strategy for bad loans and debt restructuring*. Bruegel Policy Contribution Issue No. 11 2017.
- Levin, A., Lin, C. F., & Chu, C. S. J. (2002). Unit roots tests in panel data: Asymptotic and finite – sample properties. *Journal of Econometrics*, 108, 1-24.
- Louzis, D.P., Vouldis, A. T., & Vasilios, L. M. (2011). Macroeconomic and bank-specific determinants of non-performing loans in Greece: A comparative study of mortgage, business and consumer loan portfolios. *Journal of Banking & Finance*, 1(10).
- Mansilla-Fernández, J. M. (2016). A Bird Eye (Re) view of Key Readings. *European Economy*.
- Marçal, T. S. M. M. (2016). *The impact of non-performing loans on banks' lending* (Tese de mestrado não publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Nkusu, M. (2011). *Nonperforming loans and macrofinancial vulnerabilities in advanced economies* (Working Paper No.11/161). Retirado do Fundo Monetário Internacional.
- Pessanha, J. M. (2017). Non-performing Loans e o Financiamento da Economia Portuguesa. *InforBANCA* (110), 8-14.
- Pina, L. M. P. (2012). *A eficiência nas caixas de Crédito Agrícola Mútuo* (Tese de mestrado não publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Podpiera, J., & Weill, L. (2008). Bad luck or bad management? Emerging banking market experience. *Journal of Financial Stability* 4, 135-148.
- Richard, E. (2011). Factors that cause non-performing loans in commercial banks in Tanzania and strategies to resolve them. *Journal of management policy and practice*, 12(7), 2011.
- Rinaldi, L., & Sanchis-Arellano, A. (2006). *Household Debt Sustainability: What Explains Household Non-performing Loans? An Empirical Analysis* (Working Paper No. 15795). Retirado do Banco Central Europeu.
- Salas, V., & Saurina, J. (2002). Credit risk in two institutional regimes: Spanish commercial and savings banks. *Journal of Financial Services Research*, 22(3), 203-224.
- Santos, D. M. S. (2012). *Do mutualismo ao mercado. A banca mutualista em Portugal. Estudo de caso: o Crédito Agrícola Mútuo* (Tese de mestrado não publicada). Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Wickham, H. (2016). *ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis*. Springer-Verlag New York. Obtido de: <http://ggplot2.org>

Williams, J. (2004). Determining management behavior in European banking. *Journal of Banking & Finance*, 28(10), 2427-2460.

Páginas Web Consultadas

Crédito Agrícola. (2018). Quem somos – Grupo Crédito Agrícola. Obtido em novembro 3, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/quem-somos---apresentacao-ca>

Crédito Agrícola. (2018). O que é ser associado CA?. Obtido novembro 3, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/ca-na-comunidade/ser-associado>

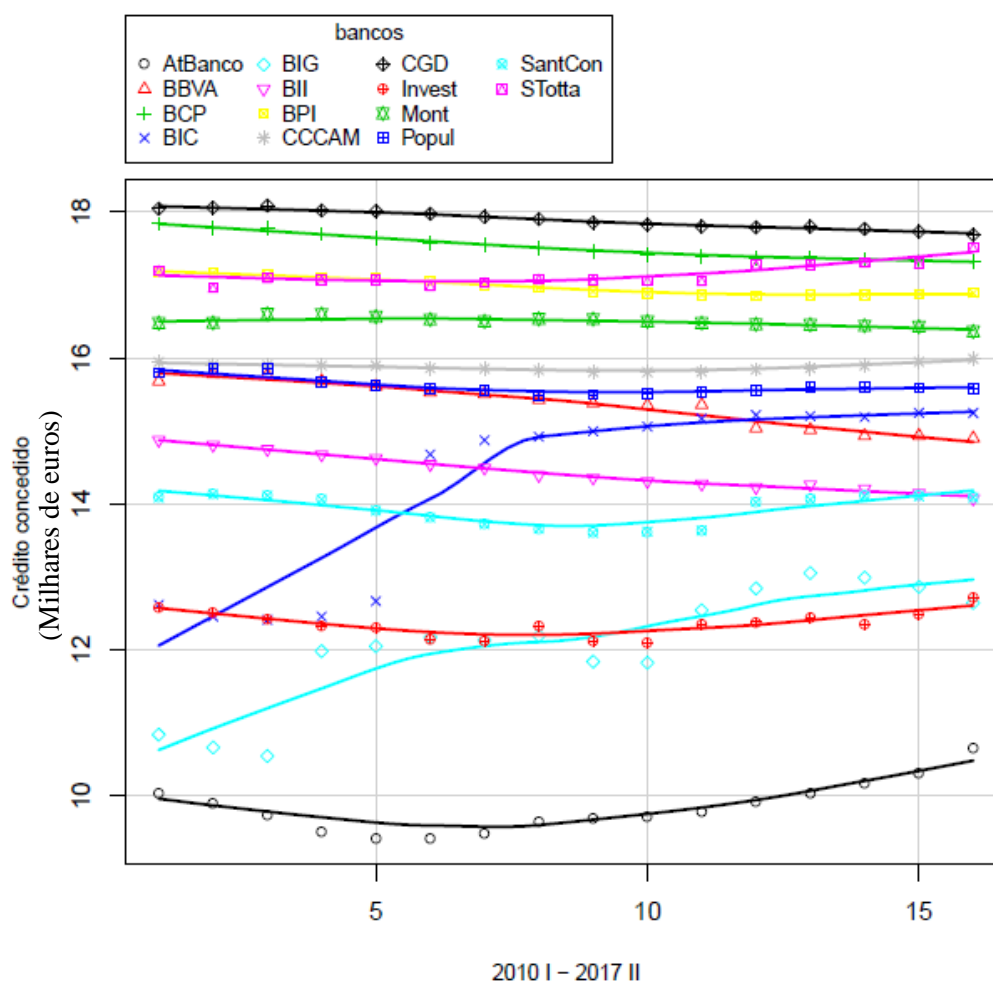
Crédito Agrícola. (2018). Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo. Obtido novembro 5, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/estrutura-do-grupo/rjcam>

Crédito Agrícola. (2018). Caixa Central. Obtido novembro 5, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/contactos/caixas/caixa-central>

Crédito Agrícola. (2018). Empresas Participadas. Obtido novembro 5, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/estrutura-do-grupo/empresas-participadas>

Anexos

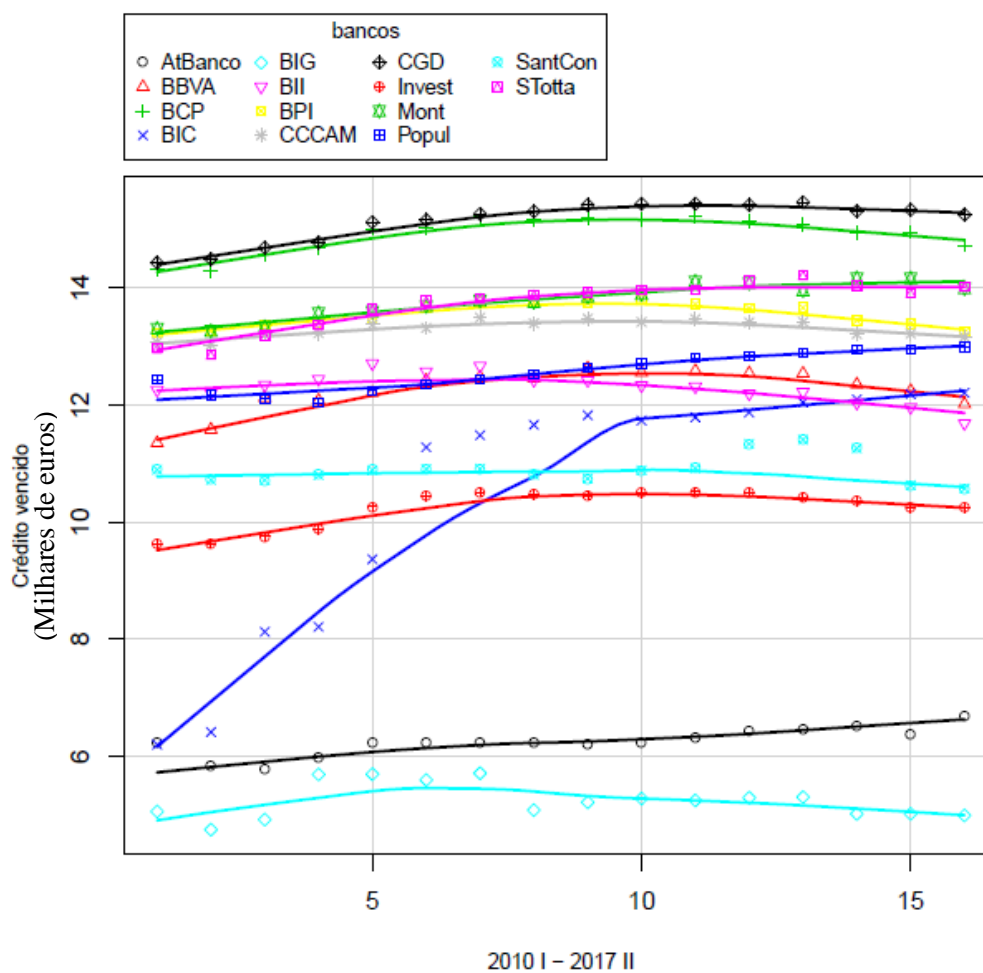
Anexo I – Evolução do Crédito Concedido por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

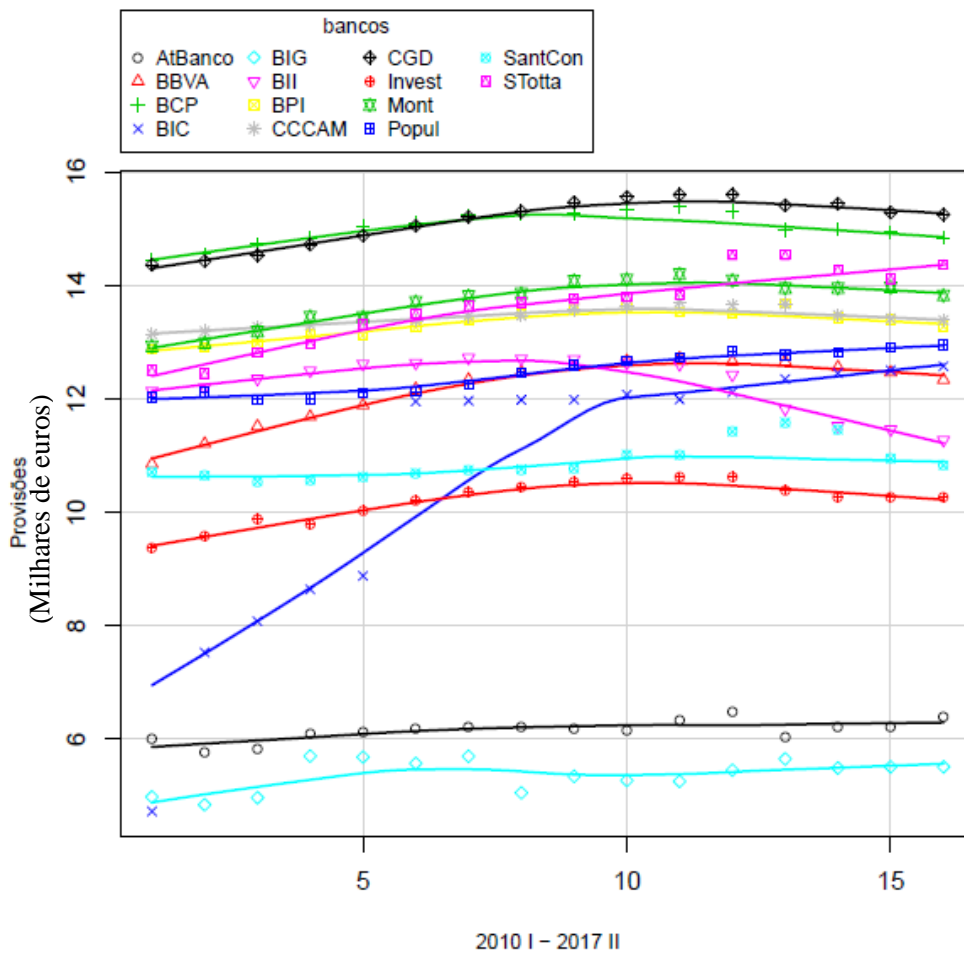
Anexo II – Evolução do Crédito Vencido por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Invetimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

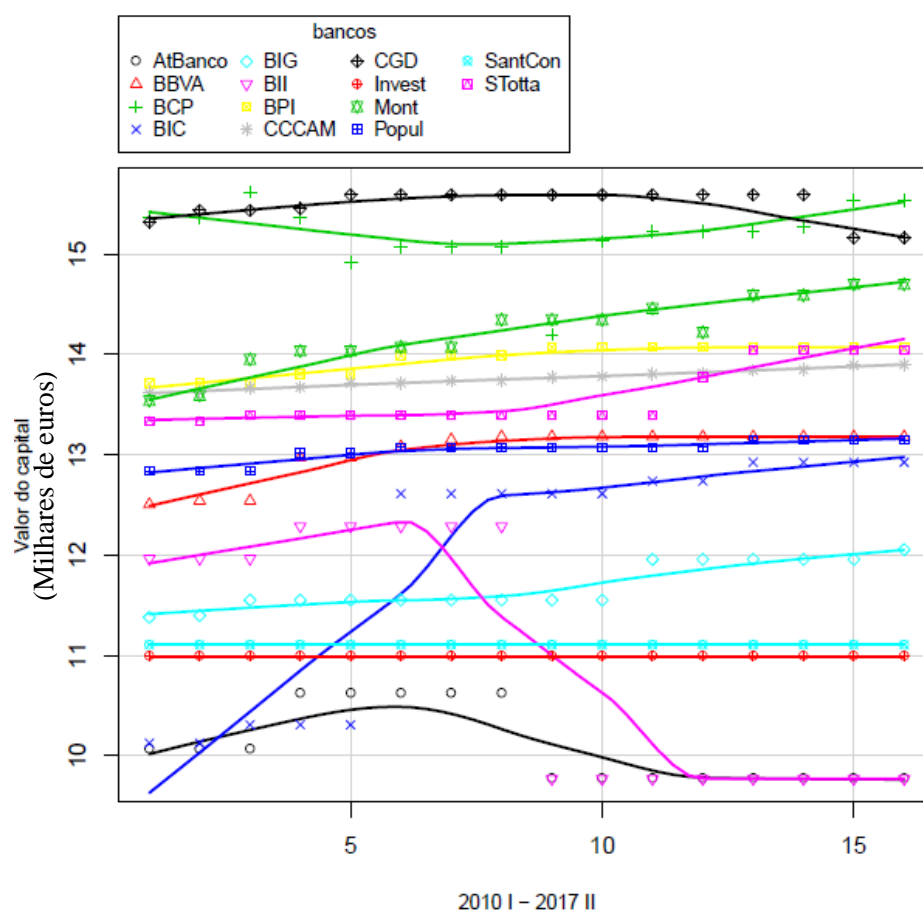
Anexo III – Evolução das Provisões por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Invetimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

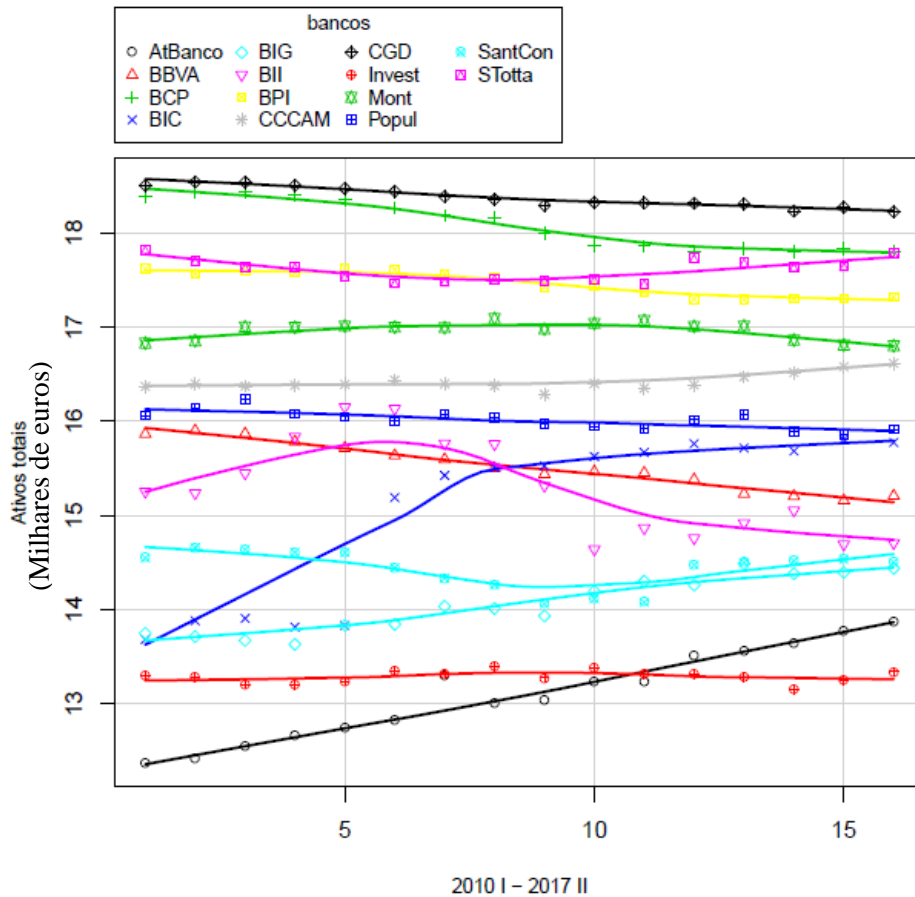
Anexo IV – Evolução do Valor do Capital por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

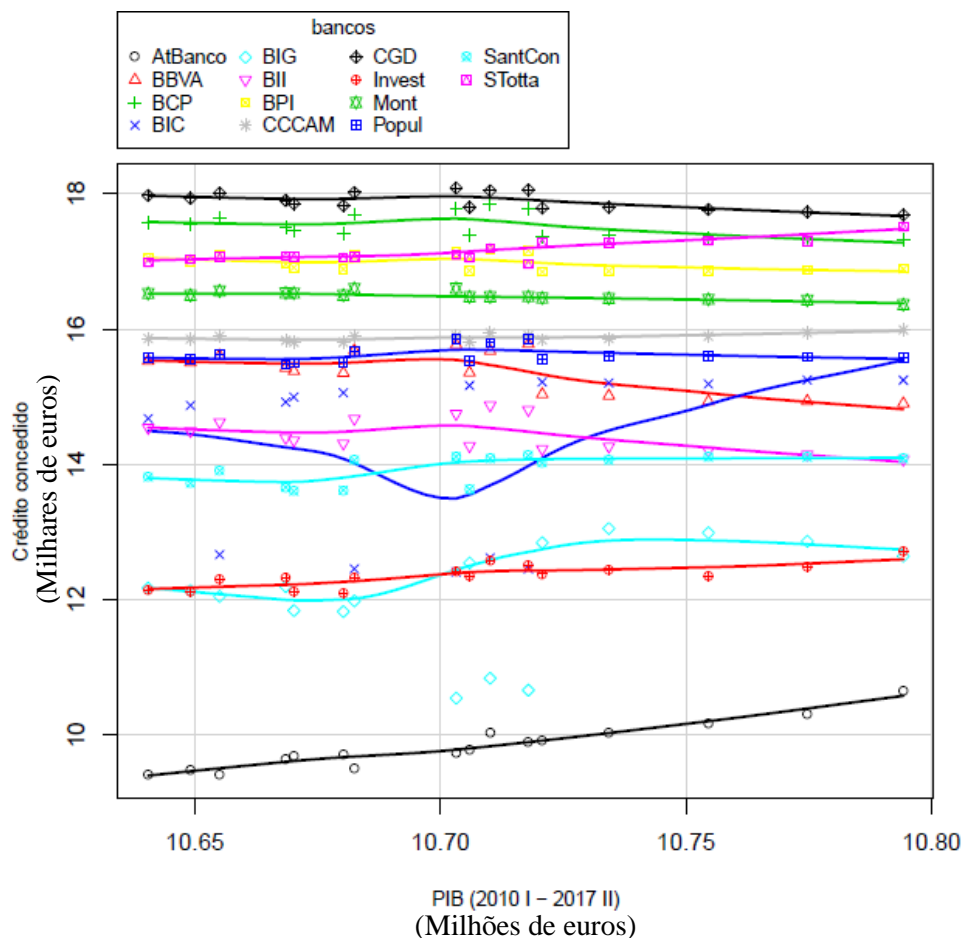
Anexo V – Evolução dos Ativos Totais por banco entre 2010 e 2017



Legenda: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

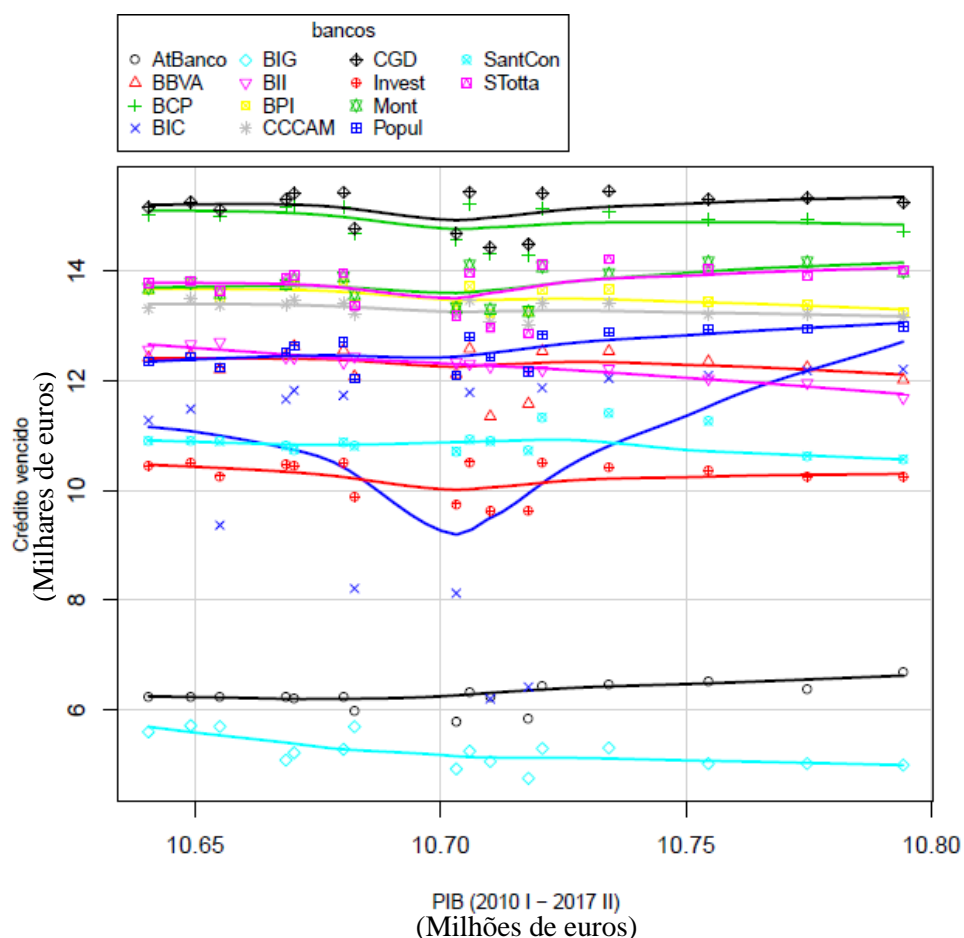
Anexo VI – Evolução do Crédito Concedido face ao PIB nominal por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Invetimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

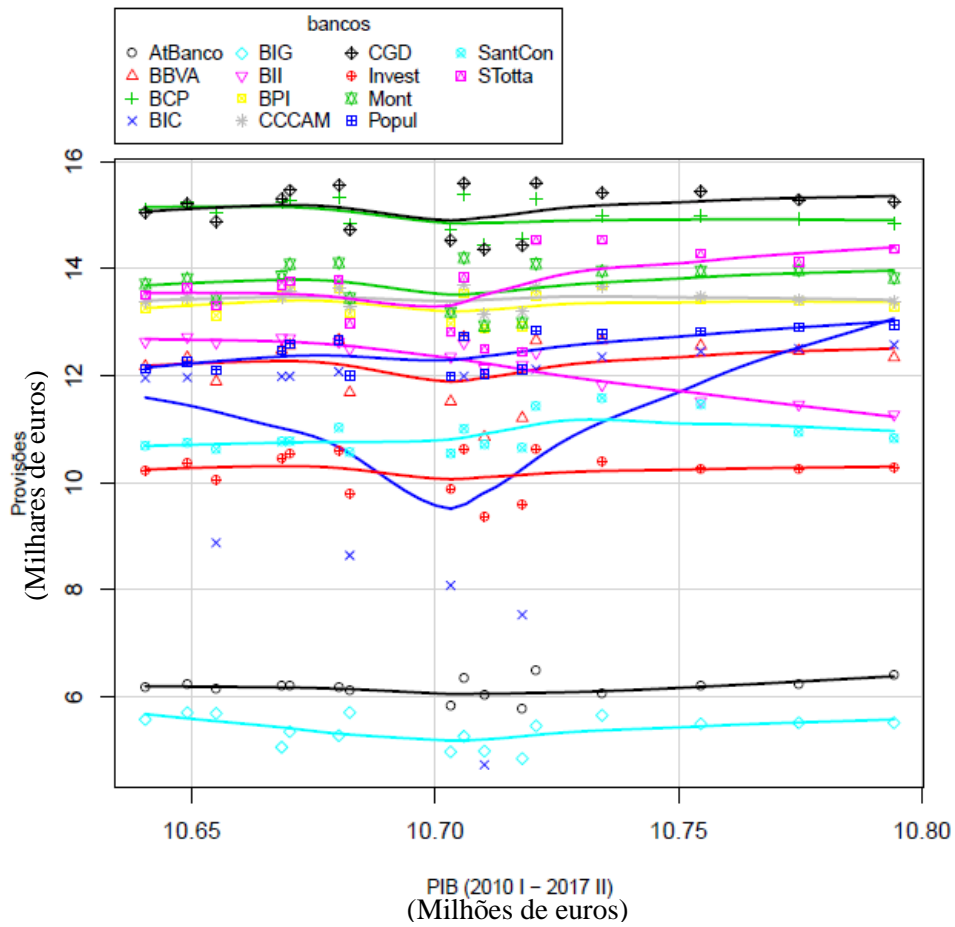
Anexo VII – Evolução do Crédito Vencido face ao PIB nominal por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

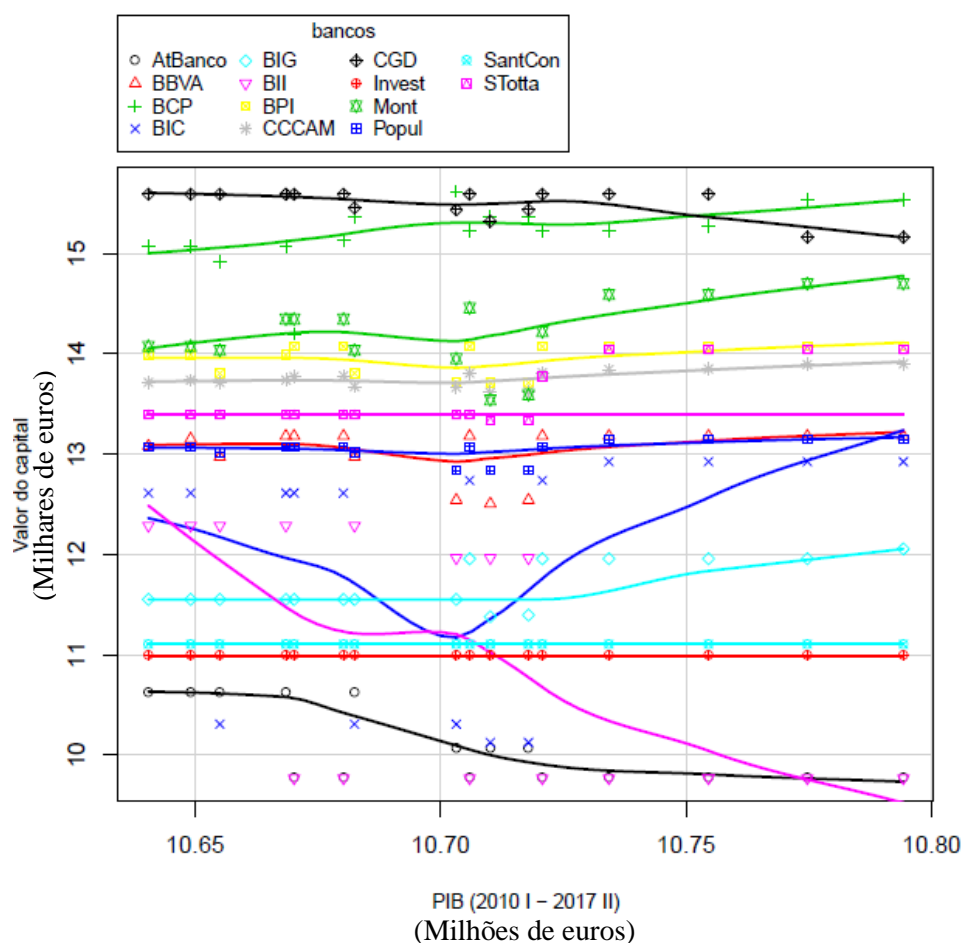
Anexo VIII – Evolução das Provisões face ao PIB nominal por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Invetimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

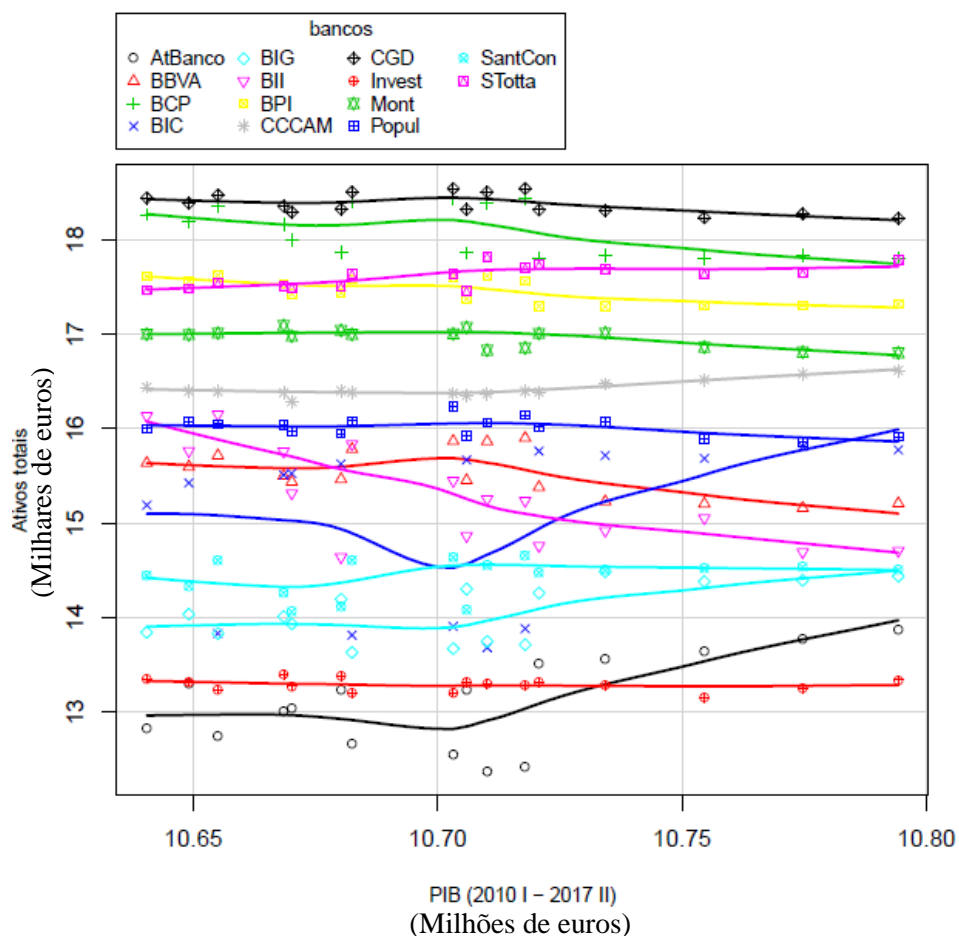
Anexo IX – Evolução do Valor do Capital face ao PIB nominal por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

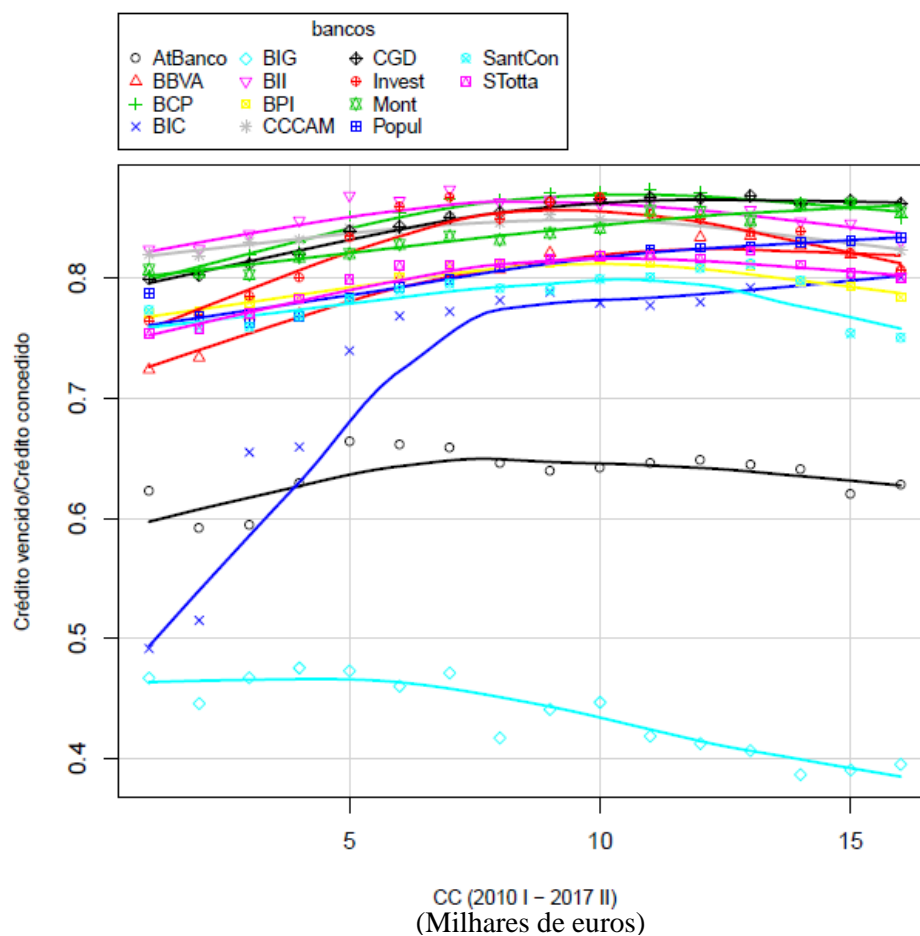
Anexo X - Evolução dos Ativos Totais face ao PIB nominal por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Invetimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

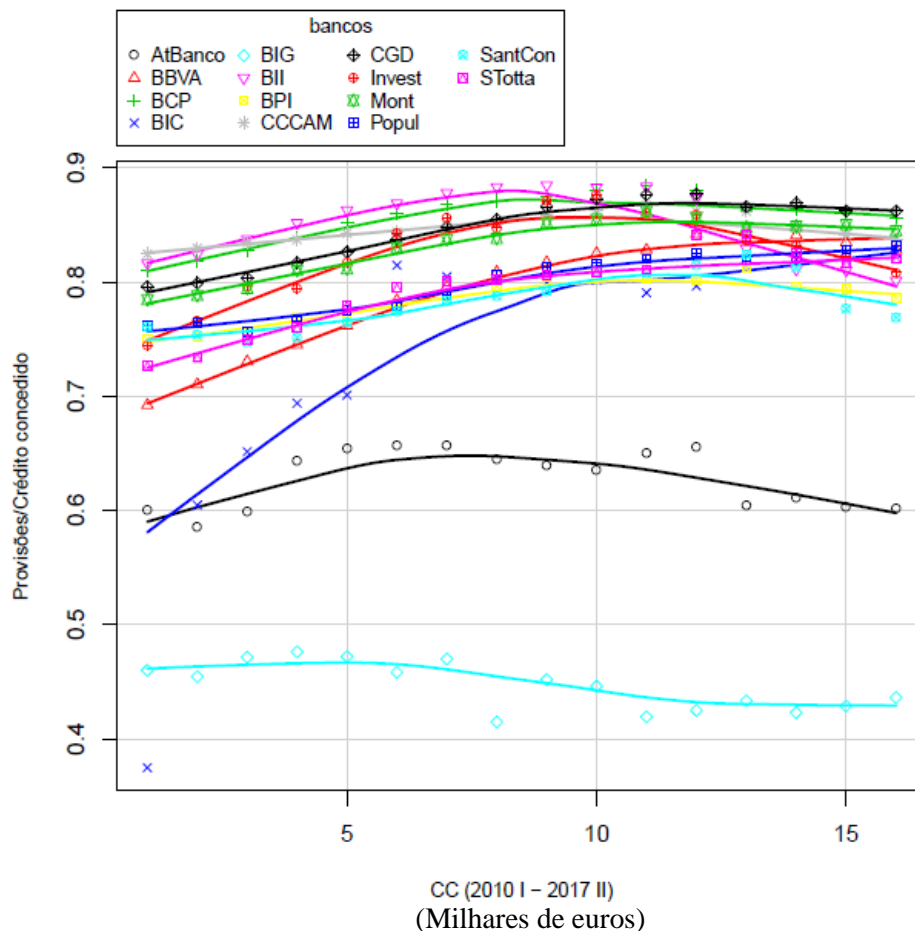
Anexo XI – Evolução do Crédito Vencido por unidade de Crédito Concedido por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

Anexo XII – Evolução das Provisões por unidade de Crédito Concedido por banco entre 2010 e 2017



Nota: AtBanco – ActivoBank; BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; BCP – Millenium BCP; BIC – Banco BIC; BIG – Banco de Investimento Global; BII – Banco de Investimento Imobiliário; BPI – Banco Português de Investimento; CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo; CGD – Caixa Geral de Depósitos; Invest – Banco Invest; Mont – Caixa Económica Montepio Geral; Popul – Banco Popular; SantCon – Santander Consumer; STotta – Santander Totta.

Fonte: elaboração própria através do programa R com base em dados retirados da APB

Anexo XIII – Testes de Estacionaridade das Variáveis

Teste de Levin-Lin-Chu		
Variável	Valor p	Conclusão (Estacionária)
I_CC	0,05063*	Sim
I_CV	0,09501*	Sim
I_Prov	0,1097	Não
I_Cap	0,2169	Não
I_AT	0,06734*	Sim
TJ3	0,03945**	Sim
TJB	0,06249*	Sim
I_L_t	0,01049**	Sim
I_Cpv	0,002107***	Sim
I_Cpu	0,1674	Não
I_FBCF	0,02993**	Sim
I_X	0,7692	Não
I_PIB	0,02434**	Sim
I_CpvR	0,1332	Não
I_CpuR	0,04015**	Sim
I_FBCFR	0,01776**	Sim
I_XR	0,01552**	Sim
I_PIBR	0,005391***	Sim

Nota: I_CC – Logaritmo do Crédito Concedido; I_CV – Logaritmo do Crédito Vencido; I_Prov – Logaritmo das Provisões; I_Cap – Logaritmo do Capital; I_AT – Logaritmo dos Ativos Totais; TJ3 – Taxa de juro do mercado monetário a 3 meses; TJB – Taxa dos títulos da Dívida Pública a 10 anos; I_L_t – Logaritmo das licenças de habitação; I_Cpv – Logaritmo do consumo privado; I_Cpu – Logaritmo do consumo público; I_FBCF – Logaritmo da Formação Bruta de Capital Fixo; I_X – Logaritmo da exportação de bens e serviços; I_PIB – Logaritmo do Produto Interno Bruto; I_CpvR – Logaritmo do consumo privado real; I_CpuR – Logaritmo do consumo público real; I_FBCFR – Logaritmo da Formação Bruta de Capital Fixo Real; I_XR – Logaritmo da exportação de bens e serviços real; I_PIBR – Logaritmo do Produto Interno Bruto Real.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Gretl.

Teste Aumentado de Dickey-Fuller (mínimos quadrados generalizados)		
Variável	Valor p	Conclusão (Estacionária)
TJ3	0,05063*	Sim
TJB	0,09501*	Sim
I_L_t	0,06249*	Sim
I_Cpv	0,1672	Não
I_Cpu	0,01049**	Sim
I_FBCF	0,008693***	Sim
I_X	0,8028	Não
I_PIB	0,2423	Não

I_CpvR	0,002107***	Sim
I_CpuR	0,1674	Não
I_FBCFR	0,02993**	Sim
I_XR	0,7692	Não
I_PIBR	0,02434**	Sim

Nota: TJ3 – Taxa de juro do mercado monetário a 3 meses; TJB – Taxa dos títulos da Dívida Pública a 10 anos; I_L_t – Logaritmo das licenças de habitação; I_Cpv – Logaritmo do consumo privado; I_Cpu – Logaritmo do consumo público; I_FBCF – Logaritmo da Formação Bruta de Capital Fixo; I_X – Logaritmo da exportação de bens e serviços; I_PIB – Logaritmo do Produto Interno Bruto; I_CpvR – Logaritmo do consumo privado real; I_CpuR – Logaritmo do consumo público real; I_FBCFR – Logaritmo da Formação Bruta de Capital Fixo Real; I_XR – Logaritmo da exportação de bens e serviços real; I_PIBR – Logaritmo do Produto Interno Bruto Real.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao GRETL

Anexo XIV – Resultados do modelo m.1

Variável dependente: Crédito Vencido

R² ajustado: 0,59

Variáveis explicativas	Coefficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CC	0,878	0,064	13,724	< 2e-16 ***
L_t	-0,563	0,075	-7,4632	2.3e-12 ***
TJ3	-0,155	0,055	-2,824	0.0052 ***

Nota: CC – Crédito Concedido; L_t – Licenças de habitação; TJ3 – Taxa de juro do mercado monetário a 3 meses.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.

Anexo XV – Resultados do modelo m.2

Variável dependente: Crédito Vencido

R² ajustado: 0,6

Variáveis explicativas	Coefficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CC	0,884	0,063	14,004	<2e-16 ***
L_t	-0,832	0,079	-10,427	<2e-16 ***
PIB_2	3,519	1,066	3,301	0,001***

Nota: CC – Crédito Concedido; L_t – Licenças de habitação; PIB_2 – Produto Interno Bruto Bruto Nominal desfasado dois períodos.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.

Anexo XVI – Resultados do modelo m.3

Variável dependente: Crédito Vencido

R² ajustado: 0,6

Variáveis explicativas	Coeficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CC	0,885	0,063	14,024	<2e-16 ***
L_t	-0,792	0,073	-10,826	<2e-16 ***
Cpv_2	3,367	1,017	3,312	0,001***

Nota: CC – Crédito Concedido; L_t – Licenças de habitação Cpv_2 – Consumo privado desfasado dois períodos.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.

Anexo XVII – Resultados do modelo m.4

Variável dependente: Crédito Vencido

R² ajustado: 0,6

Variáveis explicativas	Coeficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CC	0,873	0,063	13,775	<2,2e-16 ***
L_t	-0,483	0,085	-5,706	3,965e-08***
X_2	0,823	0,238	3,454	0,000***

Nota: CC – Crédito Concedido; L_t – Licenças de habitação; X_2 – Exportação de bens e serviços desfasada dois períodos.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.

Anexo XVIII – Resultados do modelo m.1^a

Variável dependente: $\text{Log} \left(\frac{\text{Provisões}}{\text{Crédito Concedido}} \right)$

R² ajustado: 0,55

Variáveis explicativas	Coeficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CV	0,552	0,048	11,385	< 2,2e-16 ***
TJ3	-0,177	0,05	-3,533	0,001***
PIBR	-3,734	1,019	-3,665	0,000***

Nota: CV – Crédito Vencido; TJ3 – Taxa de juro do mercado monetário a 3 meses; PIBR – Produto Interno Bruto Real

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.

Anexo XIX - Resultados do modelo m.2

Variável dependente: $\text{Log} \left(\frac{\text{Provisões}}{\text{Crédito Concedido}} \right)$

R² ajustado: 0,55

Variáveis explicativas	Coeficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CV	0,573	0,047	12,299	< 2,2e-16 ***
(TJB-TJ3)	-0,033	0,009	-3,449	0,001***
PIBR	-4,439	1,03	-4,3095	2,529e-05***

Nota: CV – Crédito Vencido; TJB – Taxa dos títulos da Dívida Pública a 10 anos; TJ3 – Taxa de juro do mercado monetário a 3 meses; PIBR – Produto Interno Bruto Real

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.

Anexo XX - Resultados do modelo m.3

Variável dependente: $\text{Log} \left(\frac{\text{Provisões}}{\text{Crédito Concedido}} \right)$

R² ajustado: 0,56

Variáveis explicativas	Coeficientes	Erro Padrão	Valor t	Valor p
CV	0,537	0,048	11,201	< 2,2e-16 ***
Cpu_1	-2,754	0,48	-5,738	3,357e-28***

Nota: CV – Crédito Vencido; Cpu_1 – Consumo Público desfasado um período.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao R.